

3.1.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS

O presente tópico do Diagnóstico Técnico, integrante do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha/APAM do litoral Norte do Estado de São Paulo (APAMLN), contempla o estudo das Comunidades de Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional, considerando que em seu decreto de criação estabelece *“que devem ser valorizadas as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira por meio de mecanismos e estímulo a alternativas adequadas ao seu uso sustentável”* e *“a necessidade de promover a pesca e garantir o estoque pesqueiro em águas paulistas, fundamentais para a sobrevivência de populações tradicionais e para essa atividade econômica”* (SÃO PAULO, 2008).

Apresenta também informações sobre outras comunidades tradicionais que habitam o litoral norte paulista, como quilombolas, indígenas e comunidades agricultores, com enfoque àquelas que utilizam os territórios das APAMLN para atividades de pesca, ocupam e fazem uso de áreas incluídas no Terreno de Marinha, que, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, corresponde a faixa de 33 metros a partir da linha de preamar média em direção ao interior do continente ou interior de ilhas com sede de município¹.

Assim, objetiva-se subsidiar ações de gestão, em função das peculiaridades das comunidades tradicionais de cada região, de forma a compor o Plano de Manejo das respectivas APA's. Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como *“...grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”* (BRASIL, 2007). Percebe-se como característica das comunidades tradicionais a íntima relação com a natureza no intuito de criar, aperfeiçoar e preservar técnicas e saberes, criando regras e definindo normas que extrapolariam o universo laboral, disseminando-as para o todo social.

O viés estruturante deste diagnóstico é uma análise das comunidades de cultura caiçara, identificadas em áreas da APAMLN, ainda que outras comunidades tradicionais locais, como indígenas e quilombolas, sejam consideradas caso enquadrem-se no universo de usuários do território da APAMLN, ou tenham atividades que sejam identificadas como potenciais áreas a serem impactadas em função da gestão e qualidade ambiental da APAMLN.

Há muitas possibilidades de definição para o termo caiçara, como o usado para designar comunidades tradicionais que residem no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Associada à origem do vocábulo tupi-guarani *caá-içara* (homem do mar), a palavra encerra questões simbólicas e políticas relevantes. Ao se definir uma comunidade como caiçara se confere a ela especificidades, reconhecendo seu valor de ancestralidade e tradicionalidade e conferindo expectativa de direitos e deveres, tanto no âmbito jurídico, como no social. A **Figura 3.3.6-1** apresenta algumas atividades tradicionais da cultura caiçara.

1 Conforme Decreto-lei nº 9.760/46, art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União: a) os terrenos de marinha e seus acrescidos; (...) d) as ilhas situadas nos mares territoriais ou não, se por qualquer título legítimo não pertencerem aos Estados, Municípios ou particulares. Art 2º “São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir as influências das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência das marés.”

Segundo Diegues (2007), cultura caiçara é definida como “*um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não-materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos)*”.

Figura 3.3.6-1 - Atividades Tradicionais: casa de farinha, pau a pique e artesanato caiçara.



Fotos: Rubio, 2005 & Souza, 2008.

Entretanto, apesar da importância desse reconhecimento, a definição do termo não é um consenso. Inicialmente a socioantropologia definia o caiçara como lavrador-pescador, ao passo em que para trabalhos mais recentes a pesca é vista como atividade primordial para a constituição da cultura caiçara (DIEGUES, 1983 & ADAMS, 2000).

Segundo Turati (2012), esta dicotomia entre ser pescador ou agricultor, pontuado pela produção científica, sobre o conceito da população caiçara, indica que elas não são uma coisa só, pois variam conforme sua localização, histórico de ocupação e, principalmente, pelas dinâmicas econômicas a que estão submetidas.

Fato é que as populações caiçaras se formaram nas regiões costeiras dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Espírito Santo, a partir da miscigenação de povos como os portugueses, os indígenas e também escravos. Dessa miscigenação, desenvolveram um modo de vida peculiar, cujas características remetem a uma ocupação histórica de áreas de Floresta Atlântica Costeira e dos ambientes marinhos e estuarinos adjacentes, de modo que suas atividades e hábitos são intimamente vinculados a esse ecossistema e aos recursos que oferecem (HANAZAKI e BEGOSSI, 2000). Os traços mais fortes da trajetória cultural foram, a sobrevivência baseada nas atividades de agricultura itinerante, na pesca artesanal de subsistência, no extrativismo vegetal e no artesanato, o conhecimento apurado sobre os ciclos naturais, a força da estrutura familiar e o estabelecimento de práticas de ajuda mútua, revelando a presença da cultura caiçara (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2004).

As dicotomias conceituais ficam por conta da peculiaridade de cada grupo e a forma com que foi se adaptando a cada ambiente e a cada contexto social, geográfico, econômico e político. À essência dessa cultura também é resguardada a capacidade de lidar com as mudanças, quer seja num sistema agroprodutivo, nas roças tradicionais em que era praticada a coivara, nas formas atuais de plantio, ou num ambiente aquático, quando as atividades extrativistas de pesca se mesclam com práticas de aquicultura, num movimento de adaptação às mudanças ambientais, de disponibilidade de recursos e permanência nos territórios.

No contexto da Área de Proteção Ambiental Marinha – APAMLN, considerando que a atividade pesqueira não é exclusiva às populações caiçaras, torna-se necessário diferenciar os pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara no sentido de reforçar o grupo enquanto categoria política e garantir os direitos de permanência no território e suas práticas de vida, bem como estes sendo parte importante da sociobiodiversidade a ser protegida como parceiros da conservação ambiental.

Esses Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional encontram-se espalhados por todo litoral, são filhos de famílias que vivem há várias gerações na beira da praia, em contato direto com o mar, e guardam aspectos da cultura, modo de vida e tradições caiçaras. Grupos que mantêm identidade com o mar, carregam conhecimentos da natureza, compreendem e respeitam o ciclo de vida das espécies pesqueiras.

A **Pesca Artesanal de Baixa Mobilidade**, diferenciada e praticada por esses grupos acontece em locais próximos à costa, junto aos costões, ilhas e lajes. Grande parte da frota de embarcações é composta por embarcações a remo, com predomínio de canoas de madeira ou fibra; a frota de embarcações motorizadas é caracterizada por motores de baixa potência, constituída canoas de madeira, chatas de alumínio ou fibra, o que demonstra a baixa mobilidade. É considerada diversificada, por utilizar grande variedade de instrumentos e técnicas que se adaptam à época do ano, ao tipo de tempo e condições do mar, e de baixo impacto por selecionar os recursos pesqueiros a serem capturados, por permitir diversidade de espécies capturadas e respeitar o ciclo de vida e de reprodução das diferentes espécies. Esta modalidade de pesca, portanto, exerce baixa pressão sobre os estoques pesqueiros. O capítulo de pesca (**Item – 3.3.4**) apresenta dados quantitativos e qualitativos que bem argumentam as características desta pesca diferenciada.

Vale registrar que a pesca com embarcações maiores, com até 12 metros, também é praticada por alguns Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional, sobretudo nas ilhas e locais de porto abrigado, como o Saco do Sombrio, no setor Maembipe, praia de Pinguaba no setor Cunhambebe e barra de Boiucanga no setor Ypautiba (AMARAL, 2015).

As principais espécies de captura pela pesca artesanal são: anchova, corvina, sororoca, garoupa, lula, sardinha-bandeira, pescada, peixe-galo, carapau, camarão-sete-barbas, peixe-espada, tainha e bagres (IP, 2010 *apud* FUNDEPAG, 2015). E as principais artes de pesca são o cerco flutuante, redes de emalhe – de fundo e superfície, linha de mão, zangarelo, arrasto de praia, mergulho. As mesmas estão descritas no **Item – 3.3.4 – Pesca**.

A rede de emalhe é arte de pesca comumente utilizada, diversos tipos e tamanhos da malha a caracterizam e diferenciam o grau de impacto da pesca artesanal. A ausência de informações detalhadas sobre os tipos de rede de emalhe e tamanho da malha utilizado pelos grupos diagnosticados impossibilita maior descrição. O que reforça a importância da realização de levantamento detalhado para caracterização da pesca artesanal dos grupos trabalhados, conforme indicado nas lacunas de conhecimento.

Dentre a arte mais importante para o pescador artesanal de cultura tradicional caiçara está o cerco flutuante. Técnica de pesca passiva, trazida por imigrantes japoneses no início do século XX, que foi adaptada para a realidade do litoral sudeste paulista e assumiu características tipicamente caiçaras (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

Representantes de pescadores artesanais presentes nas oficinas do Diagnóstico Participativo para o Plano de Manejo da APAMLN, enfatizam a relevância do cerco flutuante como a arte de pesca que mais

representa a tradicionalidade caiçara do litoral norte paulista e que permite a seleção do pescado, uma vez que, ao mesmo tempo que seja capturado, permanece vivo e o pescador tem a opção de soltar sem prejudicá-lo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2012). O Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011) apresenta mais um ponto positivo do cerco flutuante que é a união e fortalecimento dos pescadores, pela operação do cerco necessitar de trabalho coletivo e organização.

Por ser um método que possibilita a adoção de manejo diferenciado (...) os cercos flutuantes têm sido considerados como alternativas para uma pesca sustentável em acordos internacionais, como nos Códigos de Conduta para a Pesca Responsável da FAO. (Seckendorff *et. al.*, 2009, apud FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

O cerco flutuante é também destacado por ser uma arte de pesca que está desaparecendo e merece ser reconhecida formalmente e regularizada uma vez que, por permitir a captura somente dos recursos de interesse, permitindo devolver ao mar o restante das espécies sem danificá-las, é uma arte passível de regulamentação e regularização, de grande valor socioambiental (VIANNA, PIRES E CARDOSO. apud. SÃO PAULO-SMA,FF, 2014).

Conforme melhor apresentado no capítulo de pesca, os pescadores artesanais de baixo impacto também realizam atividades extrativas, dentre as principais espécies capturadas estão os caranguejos, ostras, siris, mexilhões, berbigões, vieiras, saquarítas. A prática ocorre através da coleta manual e, na maioria dos casos, é voltada para subsistência, quando comercializada é feita em pequena escala local voltada ao turismo.

A malacultura cada vez mais faz parte da atividade dos pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara. Devido aos ambientes abrigados e à presença de atrativos turísticos que atraem consumidores diretos, diversos pescadores de comunidades tradicionais realizam cultivo. Pontos de produção de mariscos são comuns no setor Cunhambebe, conforme apresentado **no Mapa de Comunidades Tradicionais da APAM Litoral Norte** e tantos outros pescadores demonstram interesse, buscam capacitação e recursos para implantar maricultura em futuro próximo (WALM, 2012). Ainda a malacultura, associada ao cerco flutuante por disponibilizar estruturas fixas no mar, atrai novas espécies e contribui com o aumento do estoque pesqueiro.

Os territórios pesqueiros se manifestam em escalas distintas, desde aqueles ligados aos pontos de pesca individual, até as vastas áreas de pesqueiros tradicionais, onde se incluem as formas uso e apropriação do espaço marítimo, como áreas de navegação e fundeio e instalação de armadilhas fixas de captura como os cercos flutuantes. Neste sentido reforça-se a importância do reconhecimento formal dos territórios dos grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara, bem como suas organizações em escala local (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

A falta de ordenamento das atividades no mar reflete em conflitos, devido aos bons pesqueiros de comunidades de pescadores locais serem também ótimos lugares procurados para o mergulho esportivo e caça submarina. (NOGARA, 2005). No contexto de apropriação do espaço marítimo e desenvolvimento do Litoral Norte paulista, o papel da APA Marinha é primordial para regulamentar o uso dos espaços marinhos e garantir justiça ao direito de uso do mar.

Por esses motivos o Pescador Artesanal Caiçara de Cultura Tradicional é foco deste documento e será inserido nas diretrizes de gestão da unidade de conservação marinha como importante aliado na proposição de ações de proteção do mar. A **Figura 3.3.6-2** ilustra a pesca artesanal característica de comunidades tradicionais. **Figura 3.3.6-2 - Pesca artesanal na Baía dos Castelhanos – Setor Maembipe**



Foto: Hoja, 2015.

3.1.1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A compreensão do processo histórico de ocupação e urbanização do Litoral Norte é fundamental para o entendimento da configuração atual do território da APAMLN como um todo e especificamente das diferentes situações encontradas nos grupos de Pescadores Artesanais de Cultura Tradicional aqui descrito.

O mesmo histórico é apresentado com detalhes no **Item 3.3 – Socioeconomia Geral**, onde são descritos os diferentes períodos de crescimento do litoral norte paulista. Dentre eles destaca-se o período de isolamento da região, quando aconteceu o desenvolvimento das atividades produtivas voltadas para subsistência, com bases na agricultura, pesca e extrativismo de recursos florestais e marinhos, que foi responsável pelo fortalecimento do modo de vida tradicional caiçara.

A partir da década de 1950, a construção do porto de São Sebastião e abertura da estrada BR 101, acompanhadas pelo processo de especulação imobiliária, construção de condomínios e casas de veraneio, foram responsáveis pelo crescimento da região e abertura de novos mercados e serviços nas áreas da construção civil e setor terciário, o que estimulou muitos caiçaras venderem suas terras a preços baixos, abrirem mão de seus espaços na beira da praia e serem absorvidos pelo novo setor de serviços e comércio, deixando aos poucos as atividades tradicionais de pesca e agricultura (WALM, 2012).

Por outro lado, a partir da década de 70, o Estado criou uma série de unidades de conservação de proteção integral que tiveram o papel de conter o desmatamento e a ocupação desordenada dos territórios até então desprotegidos. O primeiro parque criado na região foi o PN Serra da Bocaina, em 1971, seguido dos Parque Estaduais da Serra do Mar, Ilha Anchieta, e Ilhabela, em 1977. Entretanto, as medidas de preservação da natureza geraram diversos conflitos com os moradores tradicionais, uma vez que impuseram restrições ao uso dos recursos naturais, ao desenvolvimento de práticas tradicionais e à ocupação e permanência em suas próprias terras, que a partir de então foram destinadas exclusivamente à proteção integral. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011). O movimento de resistência das comunidades tradicionais para manutenção do modo de vida e práticas tradicionais, bem como a luta pelo direito de permanência na terra, sobretudo no interior das unidades de proteção integral, marcaram conflitos e disputas de membros das comunidades e o estado, que foram agravados pelos interesses particulares de especulação imobiliária e ocupação das áreas da faixa costeira.

A partir de 2010, com a publicação da Portaria nº 89/2010, pela Secretaria do Patrimônio da União, o direito de permanência no interior das UCs de proteção integral foi garantido às comunidades tradicionais, por meio da outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável, *que disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população* (SPU, 2010). Cedida pela SPU, a autorização é coletiva e exclusiva aos moradores tradicionais de ilhas e faixa de marinha e condiciona a ocupação e utilização dos recursos às normas que reconhecem os usos tradicionais e sustentáveis e a efetiva função socioambiental dos bens imóveis da União. O reconhecimento de comunidades pesqueiras marinhas vai ao encontro dos objetivos da Área de Proteção Ambiental Marinha, enquanto unidade de conservação de uso sustentável que tem como objetivo estabelecer estratégias de conservação inclusivas em prol da convivência entre os diferentes usos e do bem público.

Grupos de Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional.

Os Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional, apresentados neste capítulo, encontram-se espalhados por todo litoral. Devido às diferentes formas de uso e ocupação da costa paulista, as comunidades tradicionais de pescadores caiçaras sofreram diferentes influências: alguns grupos se mantiveram unidos em locais relativamente isolados, com pouco acesso e natureza protegida, mantiveram seus modos de vida e relações socioculturais bastante semelhantes às antigas gerações e possuem importantes conhecimentos e experiências para conservação ambiental. Outros tiveram seus espaços diminuídos, tendo que conviver com novas atividades e construções, sobretudo turísticas, sendo obrigados a compartilhar o uso dos espaços costeiros e buscar acordos de convivência, esses mantiveram seus núcleos familiares unidos, porém ficaram expostos a influências socioculturais e adaptações de seus modos de vida. E outros ainda resistiram no meio dos centros urbanos, as áreas da praia foram intensamente urbanizadas, com diferentes atividades econômicas que disputam espaço da praia e do mar com as atividades de pesca, mesmo assim, os pescadores se mantiveram em grupo unido, realizam atividade de pesca e lutam por sua sobrevivência.

Com objetivo de propor análises e diretrizes que permitam diferenciar realidades vividas pelos grupos pescadores artesanais caiçaras, o presente relatório adota três categorias para caracterização dos mesmos:

- Comunidades Isoladas: organizadas em comunidades tradicionais, com modo de vida e cultura tradicionais, em ilhas, interior ou entorno de áreas de preservação ambiental (UCs e propriedades privadas) com acesso restrito (trilha, estrada de terra ou somente por mar).
- Praias Afastadas dos centros: vilas caiçaras, com alguns aspectos mantidos (distribuição e tipos de construção, presença de equipamentos tradicionais) em meio a casas de veranistas, estacionamentos, campings, pousadas, bares, restaurantes e atividades turísticas.
- Áreas Urbanizadas: famílias caiçaras que vivem em áreas urbanizadas (muitas vezes moram afastadas da praia), mas que mantêm atividade pesqueira com pontos de rancho, embarcações, redes e desembarques pesqueiros nas praias em meio a praças, ruas, ocupações portuárias, dentre outras.

A seguir é apresentado o **Quadro 3.3.6.2-1** com os grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional e suas respectivas classificações. O **Mapa de Comunidades Tradicionais da APAM Litoral Norte** apresenta a localização das comunidades tradicionais identificadas na APAMLN.

Quadro 3.3.6.2-1 – Grupos de Comunidades Tradicionais da APAMLN.

Setor APAMLN	Nome	Tipo do Grupo
Ypautiba	Aldeia Indígena Guarani do Rio Silveiras	Aldeia Indígena
	Ilha do Montão de Trigo	Comunidade isolada
	Boraceia	Praia afastada
	Barra do Una	Praia afastada
	Juquey	Praia afastada
	Barra de Boiçucanga	Área urbanizada
	Prainha do Saco (Maresias)	Praia afastada
	Paúba	Praia afastada
	Santiago	Praia afastada
	Toque Toque Pequeno	Praia afastada
	Toque Toque Grande/Calhetas	Praia afastada
	Barequeçaba	Praia afastada
Cunhambebe	Cocanha	Praia afastada
	Tabatinga	Praia afastada
	Quilombo Caçandoca/Caçandoquinha	Quilombo
	Maranduba	Área urbanizada
	Bonete Ubatuba	Comunidade isolada
	Saco da Ribeira	Área urbanizada
	Ilha dos Pescadores	Área urbanizada
	Estaleiro	Praia afastada
	Casanga	Quilombo
	Ponta da Almada	Praia afastada
	Puruba	Comunidade isolada
	Picinguaba	Comunidade isolada
	Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim	Aldeia indígena
	Ubatumirim e Cambuca	Comunidade isolada
	Caiçaras do Sertão do Ubatumirim	Agricultores
Camburi	Comunidade isolada	
Camburi	Quilombo	
Maembipe	São Pedro	Praia afastada

Setor APAMLN	Nome	Tipo do Grupo
	Jabaquara	Praia afastada
	Fome	Comunidade isolada
	Serraria	Comunidade isolada
	Guanxumas	Comunidade isolada
	Eustáquio	Comunidade isolada
	Canto do Ribeirão	Comunidade isolada
	Canto da Lagoa	Comunidade isolada
	Mansa	Comunidade isolada
	Vermelha	Comunidade isolada
	Figueira	Comunidade isolada
	Saco do Sombrio	Comunidade isolada
	Bonete	Comunidade isolada
	Porto do Meio da Ilha dos Búzios	Comunidade isolada
	Guanxumas da Ilha dos Búzios	Comunidade isolada
	Ilha da Vitória	Comunidade isolada
Setor Urbano (fora dos limites da APAMLN)	Baía do Araçá	Área urbanizada
	Pontal da Cruz	Área urbanizada
	Bairro São Francisco	Área urbanizada
	Cigarras	Área urbanizada
	Saco do Indaiá	Área urbanizada
	Enseada/Canto do Mar	Área urbanizada
	Porto Novo	Área urbanizada
	Camareiro	Área urbanizada

3.1.1.1.1 Setor Ypautiba

Os grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara das praias afastadas da costa sul de São Sebastião são encontrados nas praias de **Boracéia, Barra do Una, Juquey, Boiçucanga, Prainha do Saco (Maresias), Paúba, Santiago, Toque Toque Pequeno, Toque Toque Grande/Calhetas, Barequeçaba e na ilha do Montão de Trigo**. Há também a área da Baía do Araçá, que localiza-se próximo ao centro de São Sebastião e possui características específicas, apresentadas a seguir, e uma aldeia indígena, descrita no final do texto, cujos limites são também apresentados no mapa em anexo².

² Conforme descrito no capítulo de metodologia, os dados apresentados neste item foram obtidos por levantamento de campo, por meio de observação e conversa com técnico responsável pela Casa de Agricultura de São Sebastião em agosto de 2016. Não possuem referências publicadas.

No contexto histórico existente para o Litoral Norte de SP, durante o período de isolamento econômico, em todas as praias da costa sul de São Sebastião viviam comunidades caiçaras com aspectos bastante característicos da cultura e modo de vida tradicionais voltados para a mata e para o mar. Vilas de pescadores ocupavam as planícies, roças de banana e mandioca se distribuíam pelos morros, canoas, apetrechos de pesca, redes e cercos flutuantes compunham a paisagem da praia e do mar. Com o processo de especulação imobiliária, loteamentos e construção de casas e condomínios, a maior parte das famílias caiçaras vendeu suas terras. A valorização das terras e o aumento das taxas de IPTU também foram grandes responsáveis pela retirada dos caiçaras na frente da praia, que não tinham recursos financeiros para pagar impostos e tinham a venda das terras e o trabalho de caseiros, na construção civil e em serviços urbanos como fontes de renda. Assim, muitos se mudaram da beira da praia para os sertões ou para os centros urbanos e deixaram de trabalhar com a pesca.

Porém, em quase todas as praias permaneceram famílias vivendo da pesca, que mantiveram ocupação na faixa de marinha, com ranchos e espaços para guardar petrechos de pesca. Porém, com suas áreas de uso restritas, espremidas por outras ocupações e disputam espaços com veranistas e comerciantes.

A resistência na atividade da pesca deve-se à tradição caiçara herdada de gerações e à intensa relação de respeito e vontade de permanência que possuem com o mar. A presença na beira da praia deve-se ao auto reconhecimento enquanto pescador tradicional e conquista do direito, cedido pela Secretaria do Patrimônio da União, para uso do espaço comum por ranchos e embarcações.

Utilizam canoas caiçaras, feitas de um tronco só, a remo e motor, e pequenas lanchas de alumínio ou fibra. Exceção são os pescadores de Boiçucanga e Montão de Trigo que possuem embarcações de maior porte, navegam mais distantes e alguns pescam camarão. Disputam espaços de navegação com embarcações de turismo (lanchas, motos aquáticas, barcos de pesca amadora)

Como detalhado no **Item 3.3.4 – Pesca** do presente Diagnóstico, a pesca artesanal praticada é diversificada e de baixa mobilidade, realizada próximo a costeiras e ilhas, com captura de espécies diversificadas, que varia conforme a época do ano, tais como anchova, galo, robalo, linguado, namorado, olho de boi, dentre outros, a maioria pesca com cerco flutuante ou rede de espera. A pesca com linha de mão também é bastante comum, que além das espécies citadas, captura lula no verão. Há também pescadores que mergulham e realizam caça submarina.

Muitos pescadores vivem somente da pesca, sendo que alguns desenvolvem maricultura, possuem quiosques para comercialização na própria praia como é o caso dos pescadores das praias de Toque Toque Grande e Paúba. A maioria complementa suas atividades com serviços de caseiro, jardineiros e na temporada de verão com atividades de turismo, voltadas para passeios, aluguel de embarcações e comércio.

É comum encontrar artesanatos com bambu, palha e madeira. Em Barequeçaba há um espaço para comercialização, ensinamentos e eventos culturais. Em Toque Toque Pequeno há um pescador mestre canoeiro, que possui o conhecimento precioso de confeccionar canoa de madeira. Apesar da proibição do corte de árvores, quando há árvores caídas ou madeiras retiradas com autorização, o mesmo é chamado para confeccionar canoa em diversos locais do litoral.

Outros três grupos de pescadores artesanais se destacam no setor Ypautiba: Ilha do Montão de Trigo, Barra de Boiçucanga e Baía do Araçá.

A comunidade de pescadores da **Ilha do Montão de Trigo** é formada por cerca de 10 famílias originárias de uma única família e fortes laços de parentesco e aspectos da cultura tradicional bastante preservados: vivem da pesca, confeccionam artesanato, realizam pequenas atividades de manejo florestal e fazem transporte de turistas. Possuem o direito de permanência na ilha, por meio do TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável – concedido para coletividade da comunidade pela Secretaria do Patrimônio da União, que “(...) garante o cumprimento dos direitos territoriais de populações tradicionais no sentido de reconhecer o espaço territorial da ilha como utilidade pública, e a consequente concessão do registro imobiliário do patrimônio da ilha do Montão de Trigo para seus ocupantes históricos, a comunidade tradicional ilheu que lá habita há mais de 8 gerações” (ANDRADE, 2010).

Além de pescarem nos limites da APAMLN e ARIE SS, e utilizarem a área de mangue do rio Una, adentram os limites da APAMLC, tem ligação para comércio do pescado em Bertiooga e possuem ligação de parentesco com comunidades da Prainha Branca e Pouca Farinha, nos limites da APAMLC.

A **Barra de Boiçucanga** é uma comunidade de pescadores antiga e consolidada que ocupa a barra do rio e, em meio à ocupação urbana do entorno, manteve as características de vila caiçara bastante marcadas.

Pescadores disputam espaço com marinas e comércios e possuem embarcações maiores que permitem navegação mais distante e consórcio das atividades de pesca com passeios de turista.

Na comunidade de pescadores de Boiçucanga, há fortes indícios da cultura tradicional caiçara, com grupos de música, contação de histórias, registros literários, confecção de artesanato (com caxeta, taboa, bambu e madeira em geral) e o costume de realizar a Festa do Pescador em dia de São Pedro com procissão no mar.

Ao considerar a diversidade de artes de pesca, que atua com baixo impacto na extração do recurso pesqueiro (pelo uso do cerco flutuante, produção de mariscos, pesca de linha), que permite seleção e diversidade de captura, respeita e até estimula a reprodução do estoque pesqueiro; consorciada às atividades de visitação turística, que estimulam contemplação e valorização da natureza e práticas tradicionais; também o uso compartilhado do espaço da praia, que mesmo com conflitos (melhor descritos no capítulo **3.3.6.6- Ameaças e Impactos**) há estratégias e acordos para o uso do espaço comum; somado às relações de comércio de produtos locais, serviços e atividades que promovem e valorizam a cultura caiçara, junto a turistas e veranistas, conclui-se que esses remanescentes de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara, que vivem no setor Ypautiba e pescam nas áreas da APAMLN, são grandes aliados à promoção da conservação ambiental marinha, conforme os objetivos da APAMLN (**Figura 3.3.6.1.1-3**).

Figura 3.3.6.1.1-3 - Barra de Boiçucanga



Foto: Piscinato, 2005

O grupo de pescadores que vive no Mangue do Araçá, em área inserida no canal de São Sebastião, de intenso conflito com a presença do porto e projeto de ampliação do mesmo é também destacado por estar no interior da APAMLN. São pescadores extrativistas de cultura tradicional caiçara que ocupam a faixa de marinha, possuem ranchos de pesca, utilizados como pequenos galpões para guardar petrechos de pesca e embarcações. Possuem embarcações a remo (canoas e caiaques) e embarcações a motor (botes, chatas e canoas). Descarregam pescado e realizam atividades de pesca e coleta de moluscos e crustáceos para consumo próprio ou comercialização local no interior da Baía do Araçá. (AMARAL, 2015).

A área de mangue tem uma estreita faixa de areia, e a faixa de marinha é ocupada por casas e terrenos para depósitos de materiais, recebe aporte de esgoto doméstico e grave problema social pela presença de usuários de drogas. Os pescadores resistem em luta de permanência e, junto com movimento em prol do Mangue do Araçá que defende a proteção da biodiversidade do ecossistema costeiro (AMARAL, 2015), lutam para que o mangue não seja aterrado ou que sejam construídas estruturas de pilotis para as futuras instalações do porto. A área do Araçá, portanto, apresenta especial importância na gestão da APAMLN já que faz parte efetiva do seu território e tem sido objeto de grandes demandas associadas às pressões antrópicas sobre seus recursos sociais (como aqui descrito sobre os caiçaras) e naturais. Aqui cabe ressaltar a forte atuação do Grupo de Trabalho Biota – Araçá, contribuindo para o diagnóstico e propostas de gestão da região, com efetiva participação da APAMLN.

3.1.1.1.2 Setor Maembipe

O setor Maembipe abrange a parte oceânica do arquipélago de Ilhabela, incluindo as ilhas habitadas de Búzios e Vitória. Conforme contexto histórico de ocupação do litoral norte, que teve processo de ocupação desencadeado na década de 1950 com abertura da rodovia BR 101, o município de Ilhabela sofreu processo ocupação tardio e limitado primeiramente devido sua condição natural de ilha, com acesso somente por balsa. Também pela preservação ambiental, promovida pelo Estado, que no contexto de criação das unidades de conservação de proteção integral, protegeu mais de 80% da área terrestre do arquipélago, impediu a abertura de estrada ao redor da ilha de São Sebastião e dificultou o processo de loteamento e ocupação das áreas (NOFFS, 2007). Por este motivo, as praias da face oceânica de Ilhabela se mantiveram isoladas, com acesso somente por trilha, estrada de terra ou pelo mar e diversas famílias caiçaras permaneceram vivendo em comunidade com fortes costumes de tradicionalidade.

Dentre as comunidades tradicionais que se mantiveram isoladas destacam-se: **Jabaquara, Fome, Ilha da Vitória, Guanxuma dos Búzios, Porto do Meio dos Búzios, Serraria, Guanxumas, Eustáquio, Canto do Ribeirão, Canto da Lagoa, Mansa, Vermelha, Figueira, Sombrio, Bonete**. Conforme apresentado no **Mapa de Comunidades Tradicionais da APAM Litoral Norte**.

A tradicionalidade no modo de vida, nas relações socioculturais e na relação direta com a natureza é bastante marcada. A principal atividade de trabalho e renda é a pesca artesanal diversificada de baixa mobilidade. São também bastante comuns práticas e costumes tradicionais, que são transmitidos através das gerações, como a construção de casas de pau a pique, a prática de roças e produção de farinha. É raro encontrar tantas casas de farinha em atividade como na Ilha dos Búzios. Há também grande diversidade de artesanato, com palha de bananeira, bambu, madeira, tecido, sementes e conchas. A canoa de madeira e o cerco flutuante, que simbolizam o conhecimento e respeito à natureza e à tradição

caçara, estão presentes em todas as comunidades e são partes dos equipamentos de pesca usados no dia a dia.

É nítido observar que as comunidades tradicionais ilhéus do setor Maembipe tem seu modo de vida intensamente relacionado ao ambiente marinho, de onde tiram seu sustento, por onde ocorre a comunicação e acesso entre as diferentes comunidades e entre estas e o continente (NOGARA, 2005). A atividade da pesca é marcante na paisagem de todas as praias e ilhas, sendo a faixa de marinha ocupada por canoas, redes, cercos e ranchos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

A quase totalidade dos moradores das comunidades tradicionais são membros das mesmas famílias, as relações de parentesco são estreitas, somente em Bonete e Castelhanos há famílias de moradores migrantes.

Recentemente a atividade turística vem sendo introduzida no modo de vida caçara ilhéu e, de maneiras diferentes, influenciam no dia a dia das comunidades. Nas ilhas de Búzios e Vitória, o turismo náutico, mergulho contemplativo e pesca de mergulho e amadora, são bastante comuns, porém não estão regulamentados e não há troca sinérgica entre moradores e turistas. Apesar do potencial de desembarque, da presença de saberes tradicionais e produtos locais como fortes atrativos turísticos, a visitação turística pouco acontece.

Por serem áreas inseridas no interior dos limites do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) – unidade de proteção integral e da APA Marinha – unidade de uso sustentável, destaca-se a necessidade de planejamento e regulamentação compartilhados entre as UCs. No plano de Manejo do PEIb estão estabelecidas diretrizes e algumas iniciativas vem sendo implementadas para fomentar o desenvolvimento do turismo de base comunitária (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

Nas comunidades do Jabaquara, Fome, Serraria, Guanxumas e Eustáquio, durante a temporada, acontece atividade de turismo náutico e moradores locais montam quiosques/barracas na praia para comercializar pescado, porções e bebidas. No Bonete há forte atividade turística, apoiado na contemplação na natureza, atrativos culturais e turismo de aventura devido à dificuldade de acesso ao local (somente por trilha ou pelo mar) que, aos poucos, fomenta o turismo de base comunitária através de hospedarias e refeições nas residências e passeios. Uma importante fonte de renda dos moradores boneteiros é por meio do transporte marítimo, lanchas e canoas fazem viagens de turistas e suas bagagens.

Na Baía dos Castelhanos, por haver estrada de terra, há atividade de turismo diário, realizado por jipes de operadoras de turismo e consumo em bares e restaurantes, porém poucos são administrados por membros das famílias de pescadores, diversos moradores são empregados dos estabelecimentos. Aos poucos, os moradores das comunidades que se organizam para comercializar artesanatos e produtos locais, melhorar a pesca e maricultura, promover passeios e desenvolver o Turismo de Base Comunitária. Identifica-se que são estimulados por cursos de capacitação, professores, visitantes e amigos que levam idéias e são construídas na comunidade.

Assim como as demais comunidades tradicionais do litoral norte paulista, as comunidades do setor Maembipe, sofreram influências negativas com a implementação de unidade de conservação de proteção integral (Parque Estadual de Ilhabela), sobretudo àquelas inseridas no interior da UC (Búzios, Vitória, Sombrio e Figueira). A criação e falta de esclarecimento das leis preservacionistas acompanhadas das leis ambientais (Código Florestal, Lei 4771/65), geraram conflitos e desentendimentos por proibir a

permanência das famílias em seus locais e as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais então estabelecidas a diversas gerações.

A partir de 2010, os direitos de permanência dessas comunidades foram melhor assegurados, tanto pelo Plano de Manejo do PEIb, que reconhece a presença de comunidades com indícios de tradicionalidade em seu território e estabelece diretrizes para o uso sustentável dos recursos naturais, consorciado com a conservação ambiental e valorização da natureza (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011). Também, pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), concedido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em 2010 às comunidades da Baía dos Castelhanos, Ilha da Vitória e Ilha dos Búzios, que disponibilizou o título para concessão de uso, reconheceu formalmente as famílias como população tradicional caiçara e seu modo de vida sustentável, garantindo a permanência e o uso coletivo da faixa de marinha e mar.

Atualmente, nota-se um fortalecimento da identidade caiçara ilhéu e um despertar para a luta pelos direitos de permanência na terra, na beira da praia e o uso do mar. Também, conforme apontado por WALM (2012) cresce a consciência da importância de se organizarem coletivamente e a participação de comunitários nas iniciativas de tomadas de decisão para gestão do território de uso comum. A esses avanços atribui-se responsabilidade às conquistas legais pelo direito à terra (TAUS - SPU), aos cursos promovidos pelo poder público e ONGs, às iniciativas de compensação/mitigação ambiental que promovem reuniões de integração entre as comunidades e com os órgãos públicos e à presença da APA Marinha - unidade de conservação de uso sustentável, com papel importante da união dos pescadores, que visa estabelecer diálogo e construir estratégias de conservação dando voz ao pescador. E sobretudo à facilitação de comunicação, por meio da internet, telefone e rádio que permite aos caiçaras tradicionais conhecerem e se comunicarem com outras realidades.

Figura 3.3.6.1.2-4 - Rancho de pescadores Praia Mansa e Ilha dos Búzios



Fotos: Souza, 2008 & Rubio, 2008.

3.1.1.1.3 Setor Cunhambebe

Conforme o histórico de ocupação do litoral norte, então descrito, este setor recebeu intensa ocupação, sobretudo na região central de Ubatuba, por estar localizado próximo à chegada da rodovia Osvaldo Cruz, que liga o litoral ao Vale do Paraíba e receber intensa atividade turística de cidades do vale e interior do Brasil. O centro da cidade tem instalações urbanas voltadas a estruturas turísticas, comércio e serviços,

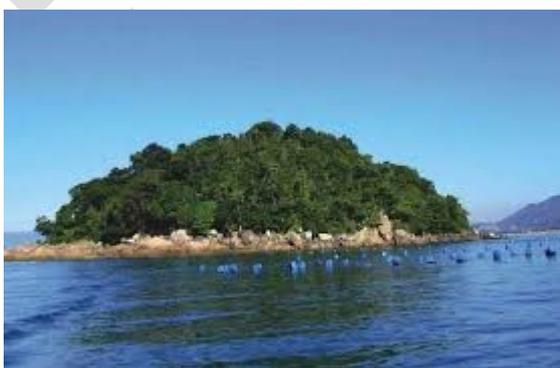
enquanto que o extremo norte teve ocupação mais rarefeita com condomínios e casas de veraneio. Neste sentido, identifica-se diferenciações nos grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara que se espalham no setor Cunhambebe, conforme pode ser observado no **Mapa de Comunidades Tradicionais da APAM Litoral Norte**.

No extremo sul, que abrange costa norte de Caraguatatuba e sul de Ubatuba, os grupos de pescadores de **Cocanha, Tabatinga e Maranduba** se mantiveram em praias afastadas dos centros urbanos de Caraguatatuba e Ubatuba, com espaços na praia garantidos para a pesca (rancho, áreas para embarcação e apetrechos de pesca) em meio a construções turísticas (quiosques, casas e marinas).

A intensa ocupação na faixa de marinha e uso do mar gera dificuldades para desenvolvimento da atividade pesqueira, devido ao trânsito de embarcações, moto aquática e banhistas, mas, em contrapartida, promove interação com atividades turísticas, por meio de passeios de barcos, venda do pescado e artesanato. Tabatinga possui uma situação diferenciada pela intensa ocupação por condomínios e náuticas, que ocupam grandes áreas na praia e no mar, e restringem o espaço do pescador. Maranduba é uma barra de rio que também foi privatizada por marina, os pescadores ficam restritos ao uso de margem do rio e têm dificuldade de acessar a praia **(comprometeu o exercício do cultivo de mexilhão a produção foi contaminada e a atividade paralisada, o que gerou prejuízo aos seus produtores. A empresa de petróleo e gás forneceu auxílio financeiro emergencial, porém a contaminação por metais pesados foi em concentração 21%, acima dos limites estabelecido pela Resolução CONAMA 454/12, sendo necessário acompanhamento técnico da área por período de no mínimo vinte e quatro meses, comprometendo imensamente a produção (DJSP, 2015).)**

Especificamente em Cocanha, os pescadores dividem o espaço da APAMLN com quiosques e atividades de turismo náutico, e interagem com os turistas que têm interesse em conhecer o rancho, a maricultura, compram artesanato e pescado. Além da Cocanha ter sua economia voltada principalmente para o turismo, é uma área importante onde era desenvolvida a mitilicultura (maricultura do mexilhão *Perna perna*) por pescadores e maricultores locais. Essa atividade foi pioneira na região, servindo como modelo e exemplo para demais pescadores, e garantia ao município de Caraguatatuba a maior produção média de mexilhão do estado (FREITAS, 2012). Entretanto, em abril de 2013, um vazamento de óleo ocorrido no Terminal Marítimo **TEBAR (TESSE)**, sob responsabilidade da TRANSPETRO, comprometeu o exercício do cultivo de mexilhão a produção foi contaminada e a atividade paralisada, o que gerou prejuízo aos seus produtores. A empresa de petróleo e gás forneceu auxílio financeiro emergencial, porém a contaminação por metais pesados foi em concentração 21%, acima dos limites estabelecido pela Resolução CONAMA 454/12, sendo necessário acompanhamento técnico da área por período de no mínimo vinte e quatro meses, comprometendo imensamente a produção (DJSP, 2015).

Figura 3.3.6.1.3-5 - Maricultura e pesca na Praia de Cocanha



Fotos: Alves, 2008 & D'Angelo, 2016

Na região central do setor Cunhambebe, no município de Ubatuba, há grupos de pescadores artesanais com cultura tradicional caiçara que foram inseridos em áreas urbanas. São eles: **Saco da Ribeira e Ilha dos Pescadores**. Da mesma forma disputam acesso, espaço do mar e faixa de marinha com diferentes atividades náuticas, tais como: embarcações de pesca industrial, de pesca de arrasto, e turismo; bem como marinas e prédios construídos na beira da praia. Sofrem com problemas de poluição por esgoto e óleo de embarcações (WALM, 2012).

A região norte do setor Cunhambebe, que vai até a divisa com o estado do Rio de Janeiro, foi menos ocupada, havendo praias bastante preservadas que incluem aquelas inseridas na Unidade de Conservação Integral (Parque Estadual da Serra do Mar-Núcleo Picinguaba), onde permaneceram famílias de caiçaras que vivem em comunidades, mantêm práticas tradicionais de vida, vivendo da pesca consorciada com o turismo de base comunitária, usam e respeitam os recursos da natureza e guardam conhecimentos passados por gerações.

Os grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara que vivem na face norte do setor Cunhambebe são os seguintes³: **Estaleiro, Almada, Puruba, Picinguaba, Cambury, Quilombo do Cambury**.

Nesta descrição são também incluídos os pescadores do **Quilombo da Caçandoca e do Bonete**, que se localizam no sul de Ubatuba, são considerados comunidades tradicionais e possuem características semelhantes. Vale reforçar que os quilombos da Caçandoca e do Cambury, mesmo não sendo população de caiçara tradicional, estão incluídos neste trecho por serem pescadores e dependerem dos recursos do território da APAMLN.

De maneira geral, esses grupos de pescadores mantêm fortes laços com a atividade pesqueira e modo de vida tradicional. Realizam pesca artesanal diversificada de baixa mobilidade, em áreas costeiras, com predominância de cercos flutuantes. Picinguaba, além da pesca costeira, há pescadores caiçaras que pescam embarcados e atividade de maricultura, esta última que enfrenta conflito de uso, relatado durante as oficinas do Diagnóstico Participativo, devido à presença de empresários de fora da comunidade que solicitam direito de uso do espaço marinho (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), situação melhor descrita em **3.3.6.9 Cenários Futuros**. Na maioria das praias há ranchos e diversos tipos de embarcações, sendo bastante comum canoas a remo, lanchas de fibra e alumínio.

A atividade turística existe em todas as localidades, é comum a presença de quiosques, campings e estacionamentos na beira da praia, muitos administrados por moradores locais. Além das atividades de comércio e visitação turística, surgem outras alternativas de trabalho como caseiros, construção civil, jardins e marinas. O Turismo de Base Comunitária foi implementado e vem se estruturando: trilhas, passeios de barco, venda de artesanato, alimentos cultivados e produzidos no local, festas tradicionais, dentre outros, são atrativos turísticos que valorizam a cultura caiçara e complementam a renda local.

Algumas comunidades têm turismo seletivo e ocupação controlada, como a Puruba, que teve seu entorno pouco ocupado por ser uma grande área particular, com pouca interferência nos aspectos da vila caiçara,

³ Em especial na face norte do setor Cunhambebe, vale reforçar a importância de levantamento em campo e verificação da presença de outras famílias ou indivíduos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara que mantêm atividade de pesca na APAMLN, sobretudo nas Áreas de Manejo Especial, e não estão identificados neste relatório.

promove visitação em busca de atrativos ecológicos e permite o conhecimento da comunidade e práticas pesqueiras no rio. Outras comunidades têm maior contato com veraneio, como as comunidades do Estaleiro e Almada, onde há diversas casas de veranista em meio à comunidade, e os caiçaras exercem atividades de trabalhos de caseiros, jardineiros e construção civil. Almada é constituída por uma vila de pescadores formada por três praias: Almada, Engenho e Brava da Almada. Esta última está inserida no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, unidade de proteção integral, as outras duas na zona de amortecimento da mesma (MONTEIRO *et al.*, 2015). A comunidade é formada na sua maioria por moradores tradicionais, já que poucos são os moradores advindos de outras localidades, e considerada como um dos últimos redutos da cultura caiçara da região (NAVARRO *et al.*, 2013). Os moradores da Praia da Almada são organizados e zelosos pelo seu lugar, sendo considerado um dos melhores lugares da costa norte de Ubatuba, ocasionado muita procura pelos turistas por sua organização, beleza e limpeza (WALM, 2012) e pelo famoso Festival do Camarão que acontece anualmente, movimentando o bairro e a economia local. Devido a estas características, a atividade mais comum entre os moradores da Ponta do Almada está ligada ao turismo (HANAZAKI *et al.*, 1996), porém a pesca não perde importância como atividade geradora de renda e fortalecedora dos laços tradicionais que se mantém vivos na comunidade.

Comunidades como Picinguaba sofreram bastante interferência pela intensa atividade turística e ocupação de veraneio. Esta comunidade sempre teve o mar como seu principal acesso devido à localização da praia, incrustada na montanha que favorece o abrigo de barcos ocasionando um excelente porto. Sendo assim, Picinguaba é um local que oferece melhores condições à navegação e atracação de toda parte norte do município de Ubatuba. A comunidade encontra-se inserida dentro dos limites da unidade de conservação de proteção integral (PESM-NP), estando submetida às normas legais que se aplicam às atividades regulamentadas em tal categoria de UC. Essa legislação, não se atentou a questões fundiárias e restringiu atividades extrativistas que faziam parte das práticas de vida estabelecidas entre a comunidade e a natureza (RIBEIRO & GIANESELLA, 2008). Este contexto gerou diversos conflitos, ocupação desordenada e um histórico de disputas de uso dos espaços costeiros de uso comum (faixa de marinha e mar) em meio a diferentes interesses. Por meio de discussões e buscas por consensos, aos poucos as famílias de Picinguaba se fortalecem e buscam alternativas de sobrevivência, como exemplos o movimento para criação de reservas marinhas e a luta e conquista pelo direito de permanência na terra, historicamente construída com a gestão do PESM-NP (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2006). A pesca e o pescado talvez não sejam mais o foco das atividades e a principal fonte de subsistência e renda das famílias de Picinguaba, entretanto há uma relação cultural muito forte com a atividade pesqueira, sendo ainda importante aspecto sociocultural e territorial e fonte de renda significativa para os pescadores artesanais (RIBEIRO & GIANESELLA, 2008). **(Figura 3.3.6.1.3-6).**

A comunidade do Cambury também está inserida integralmente nos limites da unidade de conservação de proteção integral (PESM NP) e parcialmente (cerca de 40%) no Parque Nacional da Serra da Bocaina, gerido pelo ICMBIO. Possui extensa área de mata atlântica em bom estado de conservação onde reside a comunidade tradicional, caiçara e quilombola. Uma parte do território é oficialmente reconhecido como quilombo pelo ITESP - Instituto Terra do Estado de São Paulo em 2005, outra parte é área da comunidade tradicional caiçara, reconhecida pela Fundação Florestal. Cerca de 90% dos moradores são tradicionais, as atividades econômicas predominante no bairro são a pesca artesanal, a agricultura familiar de subsistência, o extrativismo (para produção de artesanato e utensílios) e serviços relacionados ao turismo (MONTEIRO *et al.*, 2015).

Atualmente, o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar reconhece os territórios ocupados pelas comunidades tradicionais como Zona Histórico Cultural Antropológica e apresenta diretrizes específicas, programas de infraestrutura e desenvolvimento local em andamento. A presença da APAMLN,

enquanto unidade de uso sustentável reforça a importância de medidas que reconheçam e envolvam moradores locais na gestão conservacionista do território protegido. Essa idéia é enfatizada pela opinião popular dos participantes das oficinas do Diagnóstico Participativo, que consideram essas áreas como prioritárias para conservação ambiental (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Figura 3.3.6.1.3-6 - Praia de Pinguaba e Igreja caiçara de Puruba



Fotos: Pirro, 2016.

3.1.1.1.4 Setor Urbano (fora dos limites da APMLN)

Às áreas dos centros dos municípios de São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela sofreram intenso processo de urbanização e não estão inseridas no limite da UC. Porém são consideradas neste relatório por exercerem influências diretas na unidade de conservação e possuírem grupos de pescadores caiçaras de cultura tradicional.

Os seguintes grupos de pescadores do entorno da APAMLN são os seguintes: **Pontal da Cruz, São Francisco e Cigarras**, no município de São Sebastião. **Porto Novo e Camaroeiro**, no município de Caraguatatuba e **Saco do Indaiá**, em Ilhabela. Além de **Enseada/Canto do Mar**, que como exceção, tem sua área protegida pela APAMLN, mas que é inserida neste item, pela semelhança nas características do grupo de pescadores.

Esses grupos encontram-se na faixa de marinha em trechos de praias urbanizadas, normalmente próximos à barra dos rios e canto das praias. Dividem suas instalações com casas de veranistas, marinas, quiosques bares e/ou restaurantes. Suas instalações costumam possuir ranchos, locais para redes e embarcações pequenas, entreposto e boxes para manuseio e comercialização do pescado, câmaras frias e fábrica de gelo e algumas instalações possuem estaleiros. Muitas instalações foram conquistadas por projetos das prefeituras e/ou de compensações ambiental, no geral pelos programas de compensação/mitigação da PETROBRÁS.

Possuem embarcações a motor, botes e bateras, chatas de alumínio, é comum a presença de embarcações a remo de fibra (caiaques e canoas) e em algumas ainda encontram-se canoas de madeira.

Devido ao entorno urbano e disputa de espaço de uso no mar, a pesca não é realizada nas proximidades, grande parte dos pescadores pescam embarcados, em locais um pouco distantes da costa em sua maioria

não configurando-se como baixa mobilidade. Muitos arrastam camarão, pescam com redes de espera, espinhel e linha, como detalhado no tópico Pesca deste Diagnóstico.

Além de trabalhar na pesca, diversos pescadores exercem atividades com pequenos serviços, como mecânica, reforma de embarcações, construção civil, comércio, dentre outras.

No geral os pescadores deste segmento são filhos e netos de pescadores caiçaras que sempre viveram e desenvolveram suas atividades no mesmo local, há também pescadores que se mudaram de comunidades afastadas (ilhas e locais de difícil acesso) atrás de parentes e se mantiveram na atividade pesqueira, possuem saberes, práticas e posicionamentos importantes para conservação ambiental do mar, por isso estão aqui considerados. Nesses grupos há também pescadores migrantes, que vieram de outros locais para viverem da pesca, não são considerados pescadores de cultura tradicional caiçara. Especificamente no bairro São Francisco há um grupo de pescadores originários de Santa Catarina, que se envolveram na atividade de pesca embarcada em São Sebastião e atualmente fazem parte da gestão da Colônia (**Figura 3.3.6.1.4-7**).

Figura 3.3.6.1.4-7 - Pesca Artesanal no Bairro São Francisco



Fotos: Hoja, 2016

As áreas da praia são locais de encontro de pescadores da região, onde descarregam pescado, abastecem as embarcações de combustível e gelo e procuram documentos e regularização, normalmente as colônias de pescadores se encontram próximas e costumam ter estrutura para reuniões e são pontos de encontro para encontrar pescadores da região.

Todos os grupos de pescadores artesanais com cultura tradicional que ocupam áreas urbanas no entorno dos limites da APAMLN realizam festas típicas, vinculadas à pesca: Festa da Tainha e Festa do Camarão. Em Ilhabela (Indaiá) e São Sebastião (São Francisco) é feita comemoração do Padroeiro dos Pescadores São Pedro, com festa religiosa e procissão no mar.

3.1.1.1.5 Outras populações tradicionais que interagem com a APAMLN:

No extremo sul do setor Ypautiba, com interface com a APAMLC pelo município de Bertioga, existe a **Reserva Indígena Guarani do Rio Silveiras**, reconhecida formalmente pela FUNAI. Os índios guaranis guardam hábitos e costumes dos antepassados e desenvolvem atividade de manejo de espécies florestais como palmito e helicônias. Não possuem local para comercialização de seus produtos sendo comum

montarem em barracas improvisadas na beira da estrada. O SESC Bertioga promove um programa de visitação à aldeia, e frequentemente escolas realizam estudos do meio. Porém não há atividade de turismo de base comunitária bem estruturado⁴. Em relação à atividade pesqueira praticada pelos indígenas, é realizado no rio Silveiras em áreas dentro da reserva e próximas ao manguezal, porém não tem costume de pescar no mar. A praia é utilizada para coletar flores que nascem na vegetação de praia e eventualmente conchas para fazer artesanato.

No setor Cunhambebe além dos dois grupos quilombolas - Quilombo do Cambury (**Figura 3.3.6.1.5-8**) e Quilombo da Caçandoca, já descritos acima por serem também pescadores, há outras comunidades tradicionais: indígena, quilombolas e agricultores familiares que vivem no sertão, em contato direto com a Mata Atlântica. São comunidades tradicionais reconhecidas, utilizam recursos naturais e consideradas importantes para gestão ambiental. Porém, não vivem da pesca e não possuem contato direto com o mar. São eles: **Guaranis da Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Prumirim, Caiçaras Agricultores do Sertão do Ubatumirim⁵, Quilombolas do Quilombo da Casanga e Quilombolas do Quilombo da Fazenda** (este território está em processo de regulamentação, demandando aprovação de documento e reconhecimento formal por parte do ITESP)

Vivem basicamente da agricultura familiar e extrativismo, com técnicas tradicionais de produção e relações de trabalho (como o preparo da terra, pousio, momentos de colheita e divisão de trabalho familiar) (SIMÕES, 2016). Nessas comunidades, devido a criação de unidades de conservação de proteção integral, as práticas tradicionais foram proibidas, sobretudo àquelas voltadas ao uso da floresta, o que gerou desmobilização da comunidade, muitos membros migraram para as cidades, e conseqüente perda de aspectos da cultura tradicional. Atualmente, iniciativas importantes voltadas para manejo da mata atlântica e produções agroflorestais, como produção de juçara, mandioca para confecção de farinha e outros produtos da mata atlântica que geram alimentos que são fornecidos à merenda escolar e comercializados por meio do turismo de base comunitária. Com caráter cultural, ambiental e pedagógico, o turismo diferenciado vem sendo desenvolvido, com serviços de monitor ambiental, visita a casa de farinha, agrofloresta, contação de história, escola de surf entre outros atrativos que promovem a comercialização de produtos da mata, artesanatos e visitação aos atrativos naturais e culturais (MONTEIRO et al, 2015). O mesmo se apresenta como uma nova alternativa de geração de renda, que reforça e valoriza a identidade cultural tradicional e estimula permanência das novas gerações a viver e utilizar os recursos da natureza de maneira equilibrada, em comum acordo com as regras ambientais (<http://www1.folha.uol.com.br/tv/turismo/2016/09/1814240-quilombolas-e-indios-no-litoral-de-sp-recorrem-a-turismo-para-sobreviver.shtml>).

4 Informações obtidas na Casa de Agricultura, não publicadas.

5 O grupo de agricultores de Ubatumirim é incluído neste relatório por ser considerado comunidade tradicional, que vive no sertão e praticam agricultura com técnicas tradicionais, são descendentes de caiçaras que vivem a diversas gerações no local e estão incluídos no relatório do Diagnóstico Participativo para o PEA SP (WALM, 2012), Porém, não realizam atividade pesqueira e portanto, não têm relação direta com a APAMLN, por isso são diferenciados do grupo de caiçaras pescadores de Ubatumirim.

Figura 3.3.6.1.5-8 - Casa e embarcação tradicional Quilombo do Cambury



3.1.1.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O Relatório do Diagnóstico Participativo realizado para o Programa de Educação Ambiental da Petrobras observou que alguns problemas das comunidades caiçaras estão diretamente relacionados à organização social e política que possuem. “Se por um lado há deficiência dos órgãos públicos responsáveis pelo apoio ou pela assistência técnica ao pescador, ao agricultor ou ao quilombola, por outro, a baixa articulação das comunidades impede que seja reivindicado aquilo que é direito delas” (WALM, 2012). A observação acima citada, mesmo que referenciada em 2012, é atual e pertinente à realidade da organização social dos pescadores, porém estudos mais recentes descrevem a mudança na organização institucional dos mesmos a partir da criação da APAMLN e encontros do conselho consultivo, que desde então promove reuniões, consultas e levantamentos participativos (VIANNA & XAVIER, 2014)

Tendo como diretriz de gestão das APAMs a gestão participativa e o empoderamento das comunidades de pescadores artesanais caiçaras, reforça-se a necessidade da compreensão das relações de organização social e o fortalecimento de medidas para melhoria da organização comunitária.

Das instituições mais significativas, que oficialmente representam a classe dos pescadores artesanais, estão as Colônias de Pescadores, organizadas por municípios. Porém, é bastante comum a insatisfação em relação à atuação das mesmas e organização dos pescadores. Questões referentes à comunicação, dificuldade de obtenção de documentos, participação dos pescadores nas reuniões e efetivas interferências nas tomadas de decisão são destacadas nos relatórios dos diagnósticos participativos para o PEA-SP (WALM, 2012) e melhor discutidos no item 3.3.6.3, a seguir.

A AMESP – Associação de Maricultores do Estado de São Paulo, também é significativa na representação dos maricultores.

Outras, instituições bastante significativas de representação dos pescadores artesanais caiçaras de cultura tradicional são as associações de pescadores e moradores locais. A seguir são apresentadas informações por setor da APAMLN.

3.1.1.2.1 Setor Ypautiba

Os grupos de pescadores artesanais de cultura caiçara do setor Ypautiba são filiados à Colônia dos Pescadores Z14, porém, por serem dispersos, não são organizados em associações. Na barra de Boiçucanga, apesar de não haver associação que representa a classe, a comunidade tem um histórico de conquistas de reivindicações (como a construção de rancho, instalação de píer flutuante e enrocamento do rio). Walm, 2012, destaca o grande potencial e interesse de organização e inclusive indica intensões de estabelecer parcerias com órgãos que fazem a gestão ambiental do mar (WALM, 2012).

Apesar da dificuldade de organização e regularização de documentos, nota-se que as associações presentes nos grupos de pescadores artesanais que estão no interior da APAMLN são atuantes e têm conquistado diversas melhorias e avanços para as comunidades de pescadores. Mesmo assim, é unânime o interesse por projetos para melhorar a organização e união da comunidade e, conforme relatório para projetos de educação ambiental (PEA-BR), todos os grupos diagnosticados indicam a priorização de projetos que trabalhem o tema “fortalecimento de associação e organização comunitária” (WALM, 2012).

3.1.1.2.2 Setor Maembipe

Das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela, somente as da Baía dos Castelhanos, Bonete e Ilha da Vitória (que fundou recentemente) possuem associação. A comunidade da Serraria indica interesse em criar associação, porém coloca ter dificuldade de formalização e gestão. O **Quadro 3.3.6.2.2-2** apresenta as associações das respectivas comunidades.

Quadro 3.3.6.2.2-2 – Associações de Pescadores dos grupos do setor Maembipe.

Organização Social – Maembipe	
Baía dos Castelhanos (Ribeirão, Lagoa, Mansa, Vermelha, Figueira, Sombrio)	Associação dos Moradores de Castelhanos – AMORCastelhanos
Bonete	Associação Bonete Sempre
Ilha da Vitória	Associação de Moradores e Pescadores da Ilha da Vitória

Fonte: WALM, 2012.

3.1.1.2.3

Os grupos de pescadores do setor Cunhambebe são bastante organizados, sendo que a maioria possui associação que representa a classe de pescadores e/ou moradores dos bairros. A seguir é apresentado quadro com os grupos sociais e as respectivas organizações representativas.

O **Error: Reference source not found** apresenta as Associações de Pescadores dos grupos do setor Cunhambebe.

Quadro 3.3.6.2.3-1 – Associações de Pescadores dos grupos do setor Cunhambebe.

Organização Social – Cunhambebe	
Cocanha	AMAPEC – Associação dos Maricultores e Pescadores da Cocanha Rancho de Apoio aos Pescadores e Maricultores da Cocanha
Tabatinga	Existência de associação que representa pescadores, porém, desmobilizada
Maranduba	Associação dos Pescadores e Maricultores da Barra da Maranduba e Região Sul de Ubatuba
Bonete Ubatuba	Associação de Bairro CATIFÓ
Saco da Ribeira	Associação dos Pescadores do Saco da Ribeira
Ilha dos Pescadores	Colônia dos Pescadores Z10
Estaleiro	AAPRE – Associação Amigos da Praia do Estaleiro ACECAPRE – Associação dos Caiçaras e Amigos da Praia do Estaleiro
Ponta da Almada	AMA – Associação de Moradores de Almada e Projeto Aicás
Picinguaba	Associação dos Maricultores de Picinguaba
Camburi	AMBAÇA – Associação dos Moradores Caiçaras
Camburi Quilombo	Associação dos Quilombolas de Camburi
Quilombo Caçandoca/ Caçandoquinha	Associação da Caçandoquinha Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca.

Fonte: WALM, 2012.

3.1.1.2.4 Entorno da APAMLN

Em relação aos grupos de pescadores que estão em área urbana no entorno da APAMLN, a situação de representação social é um pouco diferente: todos possuem associações que representam a classe, exceção é o grupo da Enseada, sem informações. Algumas delas foram criadas devido a projetos e recebimento de benefícios (compensações ambientais e infraestrutura), porém em todas identificam-se problemas de representatividade, conflitos internos e descrédito em relação à união e conquistas da classe (**Quadro 3.3.6.2.4-3**).

Quadro 3.3.6.2.4-3 – Associações de Pescadores dos grupos de áreas urbanas do entorno da APAMLN.

Organização Social – Áreas Urbanizadas	
Pontal da Cruz	* SAMPOC (Associação Amigos do Pontal da Cruz) * AAPPC (Associação Amigos e Pescadores do Pontal da Cruz)
Bairro São Francisco	* COOPERPESCASS (Cooperativa de Pesca) – participação de pescadores de São Sebastião e Ilhabela * Colônia de Pescadores de São Sebastião Z-14 – associação de pescadores de São Sebastião e comunidades tradicionais de Ilhabela
Porto Novo	* ASSOPAZCA (Associação dos Pescadores Artesanais da Zona Sul de Caraguatatuba) * ACAJU (Associação Caiçara do Juqueriquerê)
Camaroeiro	Associação dos Pescadores do Camaroeiro

São Pedro	Associação dos Pescadores e Moradores de São Pedro
Saco do Indaiá	APARI – Associação de Pescadores Artesanais de Ilhabela

Fonte: WALM, 2012.

3.1.1.3 RELAÇÕES (HARMÔNICAS OU CONFLITUOSAS) COM OUTROS ATORES, COM A APAMLN E COM INSTITUIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS

Diversos atores e instituições mantêm relações, harmônicas ou conflituosas, com os grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara. Dentre os órgãos públicos, destaca-se os responsáveis pela gestão das unidades de conservação, com históricos de conflitos e negociações, com destaque às diferenças na forma de envolvimento e participação conforme o objetivo da UC, sendo que unidades de proteção integral têm uma tendência, por sua natureza, a uma participação mais conflituosa do que nas de uso sustentável (a relação com as UCs estão apresentados e melhor diferenciados no **Item - 3.3.6.4 – Interface do segmento com Outras UCs**) E a Secretaria do Patrimônio de União, responsável pela autorização de permanência e uso na faixa de marinha, que, apesar de lento, apresenta um processo histórico favorável aos pescadores pela disponibilização de autorizações para construção de ranchos comunitários e permanência de uso na praia e reconhecimento de comunidades tradicionais pela concessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável.

Em relação às prefeituras, o que é registrado nos documentos gerados nas oficinas participativas, são reclamações e insatisfações relacionadas aos serviços e infraestrutura. A maioria das comunidades já fez alguma ação de forma organizada reivindicando a solução de problemas, geralmente relacionados a infraestrutura para as prefeituras e relataram não terem sido atendidos. Identifica-se portanto relações desarmonicas entre as comunidades e os órgãos municipais (WALM, 2012).

Em relação aos órgãos fiscalizadores, como a Polícia Ambiental e a Marinha (Capitania dos Portos), as relações travadas com os pescadores são conflituosas devido à ausência e “*injustiça nas fiscalizações*”, conforme registrado nas oficinas do Diagnóstico Participativo para a APAMLN, são comuns reclamações referentes à falta de fiscalização e autuações “injustas” aos pescadores de baixa mobilidade, por capturarem espécies proibidas ou navegarem sem documentação, enquanto que os pescadores de maior porte atuam livremente em locais proibidos, degradam o ambiente, capturam espécies proibidas e prejudicam a pesca de baixo impacto, enquanto os órgãos ambientais não fiscalizam (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Também são identificados conflitos com o IBAMA, ICMBIO e CETESB que, na visão das comunidades, não cumprem com sua função de fiscalização e não realizam papel efetivo, principalmente relacionado aos impactos causados pelas empresas de petróleo e gás (WALM, 2012).

No que diz respeito aos atores e instituições voltados ao turismo náutico, identifica-se diferentes relações entre pescadores com as atividades de mergulho, pesca amadora e navegação. Na maioria dos casos, são conflituosas por atuarem próximo aos pesqueiros e prejudicarem a pesca artesanal; em outras situações, sobretudo próximo às comunidades isoladas, há relações harmoniosas, quando turistas interagem com os pescadores, comprando peixe e produtos tradicionais. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). São identificados também conflitos com condomínios, marinas e garagens náuticas em função da disputa pelo uso da faixa de marinha e espelho d’água, conforme melhor descrito no **Item - 3.3.6.6 - Ameaças e Impactos**.

Outros atores e instituições que geram intensos conflitos desarmônicos são relacionados às atividades da cadeia portuária, de Petróleo e Gás. A instalação de estruturas para atender as atividades, bem como os impactos causados no meio ambiente afetam diretamente a pesca artesanal, seja pela disputa de espaço marinho que se choca com a navegação e áreas de pesca, seja pela degradação ambiental que afeta o estoque pesqueiro. Também são identificados conflitos gerados pelos processos de licenciamento (compensações e mitigações ambientais) que promovem reuniões, criam expectativas e geram descrédito aos grupos de pescadores (WALM, 2012). Em casos pontuais notam-se pontos positivos, pela conquista de equipamentos e instalações, e avanço na organização social e empoderamento dos grupos de pescadores para lutar por seus direitos.

Em relação às Colônias de Pescadores, principal instituição oficial que representa os pescadores, identifica-se relações harmônicas, uma vez que as colônias são responsáveis pela emissão de documentos, licenças, seguros defesos e os pescadores mantêm contato permanente com as mesmas; porém, conforme descrito no Diagnóstico Participativo para o PEA – BR (WALM, 2012), há fortes relações desarmônicas. Muitos pescadores reclamam da atuação das Colônias devido à falta de repasse de informações; à dificuldade de participação nos processos políticos e técnicos que envolvem os interesses dos pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara; aos interesses políticos e injusta atuação na regulamentação dos documentos gerada pela dificuldade de emissão aos pescadores que vivem exclusivamente da pesca em contrapartida à disponibilização de documentos para defesos e direitos para quem não vive da pesca, e a falta de investimentos nos recursos nos bens de uso comum dos pescadores (estrutura para desembarque e acomodações para os pescadores) (WALM, 2012).

Outra relação identificada com instituições refere-se à atividade de comercialização do pescado, muitas vezes há conflitos e insatisfação com os atravessadores e responsáveis pelos boxes, que em alguns casos são geridos pelas prefeituras municipais, as formas de comercialização e divisão de recursos gerados pela venda desagradam os pescadores e gera conflitos com os envolvidos (WALM, 2012).

Em relação à gestão da APAMLN, nota-se um misto de conflito e harmonia: ao mesmo tempo em que os pescadores participam das reuniões, demonstram-se favoráveis aos objetivos da unidade de conservação e apoiam as iniciativas, principalmente como consequência do esforço que a atual gestão desempenha para aproximar os atores da gestão; expressam inquietudes e descontentamentos sobre as medidas que restringem a pesca – tanto locais para pescar como espécies de captura. Neste contexto, identifica-se a falta de compreensão no que diz respeito aos responsáveis pelas medidas restritivas à pesca, que na maioria dos casos, são definidas pelo Ministério da Pesca e repassadas pela APAMLN, e os pescadores atrelam a responsabilidade à APAMLN; este tema é detalhado no Item - 3.3.6.5 - Participação do Segmento da Gestão da APAMLN.

3.1.1.4 INTERFACE DO SEGMENTO COM OUTRAS UCS

A questão da sobreposição de unidades de conservação de proteção integral em áreas ocupadas por populações de cultura tradicional é historicamente discutida por gerar conflitos entre as populações tradicionais e o estado (SIMÕES, *et al*, 2016). O litoral norte paulista é importante área de disputa pela presença de diversas comunidades tradicionais – caiçaras, quilombolas e indígenas- que tiveram seus territórios, ocupados há diversas gerações, transformados em áreas ambientalmente protegidas; em algumas situações específicas estas novas regras proibiram não somente o uso dos recursos naturais, como também a permanência das famílias residindo em suas áreas de origem.

Inicialmente o descompasso entre a legislação preservacionista e as necessidades reais de políticas públicas de infraestrutura social e conservação ambiental, levou à falta de ações de gestão pública e consequente degradação ambiental dessas áreas. Atualmente, com avanço das discussões e argumentos para conciliação de interesses e ações entre a presença humana, o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais, a legislação se adaptou e uma variedade de normativas legais foram criadas para amparar o direito de permanência das populações tradicionais em seus territórios de origem, bem como o uso equilibrado dos recursos. (SIMÕES, *et al*, 2016).

Porém ainda assim, conforme citado por Simões *et al*. (2016) a conciliação de interesses nas unidades de proteção integral é uma perspectiva inovadora e desafiante. Identifica-se dificuldade de visualização de estratégias comuns, entre gestores e comunidades tradicionais, para criação de pactos que conciliem interesses; a negação do valor da conservação ambiental como autodefesa dos grupos sociais para legitimar a luta da classe e o direito a terra; e dificuldades, por parte dos gestores, de operacionalização da legislação através de uma leitura integrada. (SIMÕES, *et al*, 2016).

Neste contexto, a APA Marinha como uma unidade de conservação de uso sustentável, apresenta desafio de diálogo e acordo de interesses, uma vez que permite a conciliação de diversas atividades com um de seus objetivos que é a preservação dos recursos naturais. Por fazer interface com outras UCs costeiras, por meio do mar, área comum e/ou de influência direta a todas as UCs, a APAMLN se configura como zona de amortecimento de todas as unidades de conservação e apresenta como potencialidade a integração de diferentes UCs.

Neste sentido, como desafios apresentados à APAMLN estão à promoção do diálogo dos pescadores com outras UCs e a comunicação de suas demandas. Por meio das reuniões do Conselho Consultivo e grupos de trabalhos, são discutidos assuntos que fazem interface com as outras UCs, outras atividades e atores, com destaque para os processos de licenciamento ambiental, na busca por entendimentos e acordos consensuados entre as partes, com o objetivo exclusivo de fomentar a conservação do ambiente costeiro.

O **Quadro 3.3.6.3-4** indica as unidades de conservação que incidem em cada município e fazem interface com a APAMLN. São então apresentadas as relações diretas entre a APAMLN, as UCs e os grupos de pescadores de cultura tradicional caiçara presentes em cada município.

Quadro 3.3.6.3-4 – Unidades de Conservação do Litoral Norte de São Paulo.

Município	Unidades de Conservação Incidentes
São Sebastião	Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo São Sebastião, APA Municipal Baleia-Say, APA Municipal Itaçuê, REVIS Alcatrazes, APA Municipal Alcatrazes
Ilhabela	Parque Estadual de Ilhabela, Parque Municipal das Cachoeiras – PMC, Parque Municipal Marinho da Ilha das Cabras
Caraguatatuba	Parque Estadual da Serra do Mar Núcleo Caraguatatuba, RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio do Jacu; Parque Natural do Juqueriquerê
Ubatuba	Parque Estadual da Serra do Mar núcleo Pinguaba; Parque Estadual da Ilha Anchieta, Estação Ecológica dos Tupinambás, Parque Nacional da Bocaina e RPPN Morro do Curussu Mirim

Fonte: Elaborado pelo autor.

No município de São Sebastião há trechos do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) Núcleo São Sebastião que atingem a cota zero e se sobrepõem ao limite da APA Marinha: na serra de Boiçucanga e Costão do Navio, onde estão as Áreas de Relevante Interesse Especial e a recente área incorporada pelo

Parque Estadual da Serra do Mar Núcleo São Sebastião que protege o Morro de Paúba-Maresias até o nível do mar.

Nesses locais, por não haver ocupação, a ligação com os grupos de pescadores é pela atividade pesqueira, pelo uso e pela conservação dos recursos do mar. A interface das UCs é responsável pela formação de importantes corredores ecológicos, fundamentais para o desenvolvimento da vida.

Da mesma forma que o PESH, as duas APAs Municipais Marinhas que se sobrepõem ao território da APAMLN: APA Baleia-Say e APA Municipal Itaçuê, possuem interesses comuns à APAMLN voltados para conservação ambiental e aumento do estoque pesqueiro. Além de promoverem atividades de pesquisa e turismo, que valorizam e aumentam a conservação dos espaços, têm como foco a proteção de áreas abrigadas e de manguezal, tão fundamentais à procriação da vida marinha e manutenção do equilíbrio ecológico. Neste sentido, os pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara que usam esta área, ao mesmo tempo que, são beneficiados pelas UCs, são os mais importantes parceiros da conservação e fiscalização.

Na **Praia do Saco**, no morro Paúba – Maresias é o único trecho onde há sobreposição do PESH-NSS com a APAMLN e área ocupada por pescadores, que possuem petrechos de pesca na praia. Por ser área recentemente incorporada ao Parque Estadual, não há diretrizes nem iniciativas para gestão desta área. A mesma merece atenção especial por haver atividade de pesca artesanal de baixa mobilidade, possuir forte potencial para o consórcio de atividades de conservação ambiental, turismo terrestre e marinho.

No município de Ilhabela a principal unidade de conservação é o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), que protege grande parte da Ilha de São Sebastião e integralmente as demais ilhas, ilhotes e lajes do arquipélago. Toda área de entorno do PEIb avança para os limites marinhos e fazem interface com a APAMLN. Nos trechos onde os limites do PEIb atingem a cota zero, as praias e costões são comuns às duas UCs.

Nos trechos de sobreposição do PEIb e APAMLN, destacam-se as ilhas de Búzios e Vitória e o setor sul da Baía dos Castelhanos, onde há comunidades de pescadores de cultura tradicional caiçara e dependem diretamente dos recursos naturais, sobretudo marinhos. Essas comunidades possuem suas casas no interior do PEIb (áreas de encosta das ilhas e planícies), tem estruturas pesqueiras (ranchos, estivados e petrechos) nos costões e faixa de areia (sobreposição APAMLN e PEIb) e utilizam a área da APAMLN como fonte de trabalho e transporte.

O descompasso entre a legislação e a presença de moradores no interior da UC de proteção integral, somada à dificuldade de acesso, marca também em Ilhabela um histórico de ausência do poder público, escassez de infraestrutura e de medidas de gestão pública. Recentemente as comunidades tradicionais caiçaras foram reconhecidas formalmente pelo Plano de Manejo, que garantiu o direito de permanência, de uso dos recursos com técnicas tradicionais e de maneira sustentada e regulamentada (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011). Porém, da mesma forma que identifica-se nos demais municípios do litoral norte, há necessidade do estabelecimento de políticas públicas integradas entre as UCs e o poder municipal, para garantir a permanência das práticas de vida tradicionais e medidas que fomentem o conhecimento, uso e conservação dos ambientes naturais.

No município de Ilhabela há também duas APAs municipais: APA Municipal do Parque Municipal das Cachoeiras, que protege as águas interiores, que tem contato com as águas marinhas da APAMLN, porém que não possuem interface em seus limites com os grupos de pescadores. E o Parque Municipal Marinho

da Ilha das Cabras, que possui diretrizes de conservação e visitação pública em áreas marinhas em consonância com a APAMLN, porém localiza-se no canal de São Sebastião, fora dos limites da APAMLN.

No município de Caraguatatuba, o Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Caraguatatuba não possui nenhum trecho de sobreposição com os limites da APAMLN, devido ao seu território limitar-se às áreas acima das cotas 100 e 200 metros de altitude. No entanto, tem uma interface importante com a APA Marinha, uma vez que, por ter localização estratégica próxima aos demais municípios do litoral norte, é onde são realizadas as reuniões do Conselho Gestor, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos da APAMLN, na maioria dos casos na sede de Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar.

O Parque Natural do Rio Juqueriquerê, unidade de conservação municipal de proteção integral, protege trecho de restinga do rio Juqueriquerê até a Praia das Palmeiras, área de sobreposição terrestre com a APAMLN. Este trecho merece destaque uma vez que há presença de pescadores artesanais (grupo urbano do Porto Novo) que, mesmo estando fora dos limites da APAMLN, utilizam área de restinga e manguezal e devem participar dos momentos de tomada de decisão para definição das regras de uso dos espaços comuns.

No município de Ubatuba as duas unidades de conservação estaduais de proteção integral (Parque Estadual da Serra do Mar Núcleo Picinguaba e Parque Estadual da Ilha Anchieta), fazem interface direta com a APAMLN. O Parque Estadual da Serra do Mar Núcleo Picinguaba, atinge a cota zero no extremo norte no município e sobrepõe aos limites da APAMLN, na faixa de costeira e praias, desde a enseada de Ubatumirim até o limite do estado. Este trecho tem relação direta com as comunidades de pescadores artesanais de cultura caiçara que ocupam esta área há diversas gerações, são eles **Puruba, Ubatumirim/Estaleiro, Almada, Picinguaba e Cambury**. Vale destacar que a sobreposição das UCs nesse trecho abrange importante área para a comunidade pesqueira, que inclui a parte terrestre na faixa de marinha, usadas tanto como área de plantio e moradia para algumas famílias, como retoração das atividades pesqueiras.

Historicamente a sobreposição da unidade de conservação de proteção integral com territórios ocupados por comunidades tradicionais gerou uma série de conflitos entre moradores e órgãos gestores. A proibição das práticas e da permanência de famílias em seus territórios de origem, somada à presença de órgãos fiscalizadores e autuações, desencadeou em muitos casos na interação violenta entre comunidade e órgãos públicos e conseqüente redução na condição de conservação ambiental dessas áreas (SIMÕES *et al*, 2016). Em contrapartida, fortaleceu a participação nos espaços de gestão das UCs, a luta pelos direitos e a conquista de medidas legais voltadas para a presença e o uso nos espaços protegidos. Atualmente, com o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar as comunidades caiçaras conquistaram o direito de permanência e reconhecimento pelo Estado como comunidades tradicionais e suas áreas passaram a ser consideradas como Zona Histórico Cultural Antropológica, onde são permitidas atividades para manutenção das práticas tradicionais e uso dos recursos naturais, desde que regulamentadas, bem como atividades voltadas para pesquisa e visitação (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2006).

O Parque Estadual da Ilha Anchieta protege integralmente a Ilha Anchieta, porém somente na faixa terrestre. A proteção marinha neste local se limita à zona de amortecimento, em que quaisquer atividades pesqueiras nesta área são proibidas pela Portaria nº N-56/1983 da SUPEDE. No mesmo Arquipélago, as Ilhas Cabras, Palmas e Laje do Forno, bem como o entorno marinho de 1 (um) quilômetro desses, são protegidos pela Estação Ecológica dos Tupinambás (ESEC Tupinambás – gerida pelo ICMBIO), onde estão proibidas a pesca e a visitação pública. Ambas UCs tem seus limites sobrepostos à APAMLN e, por serem de proteção integral, possuem leis mais restritivas que devem ser respeitadas. Nestas ilhas não há

presença de grupos de pescadores artesanais de cultura caiçara, porém há um conflito em relação às áreas de exclusão de pesca que atingem os pescadores como um todo.

Ainda no município de Ubatuba há outras duas unidades de conservação federais, sob a gestão do ICMBIO APA Cairuçu e Parque Nacional da Serra da Bocaina.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina tem sobreposição com a APAMLN na faixa de marinha do trecho desde a praia de Cambury até a divisa com o estado do Rio de Janeiro. Destaca-se a praia de Cambury onde vivem comunidades tradicionais de caiçaras e quilombolas, que exercem atividades na praia e no mar de pesca e turismo.

A APA Cairuçu não tem sobreposição com a APAMLN, somente sua área de entorno. Porém é aqui destacada devido à identidade territorial, geográfica, histórica e cultural que existe entre a zona costeira do norte de Ubatuba e o sul fluminense, em função da presença de remanescentes de comunidades tradicionais da zona costeira da Mata Atlântica, classificados como isoladas, por ocuparem áreas de difícil acesso e baixa ocupação, que mantêm modos de vida e uso e relações territoriais bastante semelhantes. Por este motivo as APAS do Cairuçu e APAMLN participam do Mosaico da Bocaina, que se configura como ponto de contato entre as unidades de conservação.

O Mosaico da Bocaina inclui as unidades de conservação federal e as estaduais e possibilita espaço participativo de diálogo e tomadas de decisão sobre gestão ambiental de áreas comuns, a participação da APAMLN é de fundamental importância. O mesmo mosaico promoveu em 2015 um encontro entre comunidades tradicionais e unidades de conservação e fomentou a criação de um espaço permanente de trabalho e diálogo entre as Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação. Apesar do Mosaico incluir áreas dos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba, membros de comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela e São Sebastião participaram do fórum. Neste sentido, indica-se a importância da gestão da APAMLN reforçar e continuar apoiando este espaço como instrumento e referência para união da classe dos pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara, através de encontros e discussão de temas comuns.

Com a presença da APA Marinha, a regulamentação das atividades tradicionais se estende para o território do mar e faixa de marinha. O zoneamento da APAMLN já considera a Área de Manejo Especial (AME) Tamoios, que reconhece presença de pescadores artesanais que exercem atividade de baixa mobilidade com práticas consorciadas e respeito à biodiversidade.

3.1.1.5 PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO NA GESTÃO DA APAMLN

Em relação à gestão da APAMLN, grupos de pescadores de diversas localidades costumam participar de reuniões, principalmente quando se trata de assuntos que atingem diretamente suas atividades pesqueiras, como restrições nos métodos de pesca ou da captura de pescados. Na maioria dos casos buscam esclarecimentos, fazem denúncias e reivindicações. A presença de representantes que participam desde o início da criação da APAMLN, como membros do conselho e participantes do CT Pesca, indica o envolvimento e responsabilidade dos mesmos, bem como a compreensão da importância da proteção ambiental e do envolvimento da classe para a continuidade da atividade pesqueira.

A análise da frequência nas reuniões do Conselho Consultivo e Câmara Técnica de Pesca revela que houve aumento de pescadores frequentando as reuniões e demonstra avanço nas discussões no sentido de maior participação e contribuição. Vianna e Xavier (2014) identificam mudança na postura dos

representantes, que inicialmente era defensiva, com resistência à construção de uma gestão participativa e participavam com objetivo de se precaverem de uma possível proibição de suas atividades; e posteriormente passou a ser colaborativa e os pescadores passaram a ver a APAMLN como parceira, que promove discussões, não somente relacionadas à gestão do território da UC, mas também sobre problemas relacionados às atividades do setor pesqueiro, promovendo interlocução com outras instituições do poder público; o que legitima o fórum como um espaço de integração, participação e construção coletiva da gestão (VIANNA & XAVIER, 2014).

As autoras também constataam que após o processo de elaboração do Diagnóstico Participativo do plano de manejo da APA Marinha Litoral Norte houve ampliação do conhecimento da existência da UC, de sua finalidade e fortalecimento da classe, sobretudo os pescadores artesanais de baixa mobilidade, incluindo as comunidades insulares, que tiveram presença significativa, se fortaleceram no encontro com seus semelhantes e se posicionaram na defesa de seus direitos enquanto pescadores de baixa mobilidade (VIANNA & XAVIER, 2014).

Mesmo assim, vale ressaltar constatações identificadas em 2012, no relatório das Oficinas Participativas para o PEA-SP, que mesmo sendo mais antigas, em alguns casos ainda são parte da realidade atual, uma vez que indicam significativo número de pescadores que enxergam a unidade de conservação como inimiga, e conforme a percepção dos mesmos, traz restrições de áreas de pesca (WALM, 2012). O fato da APAMLN não ter imposto nenhuma restrição de pesca até o momento, revela a falta de informação a cerca de responsabilidades sobre as normas, o ordenamento e a gestão da atividade pesqueira, e reforça a necessidade de estreitar ainda mais o diálogo e a disponibilização de informações em linguagem acessível.

Vianna e Xavier (2014) também apresentam dificuldades na participação dos pescadores na gestão da APAMLN. Dentre elas a representatividade das lideranças que, em muitos casos, não são reconhecidos pelas comunidades, por não terem sido eleitos e/ou por não repassarem aos seus pares as informações discutidas, o que acaba personalizando a participação; também a dificuldade de deslocamento e de custos, sobretudo às comunidades isoladas e mais distantes dos locais de reunião; além da falta de tempo e preparo, então destacada pelos representantes, para estudar as pautas das reuniões, compartilhar e discutir com suas instituições ou comunidades representados. A representação de comunidades isoladas é um importante desafio destacado, solucionado com a realização de reuniões nas próprias comunidades.

3.1.1.6 AMEAÇAS E IMPACTOS

De maneira geral, a principal ameaça que afeta os grupos de pescadores artesanais caiçaras de cultura tradicional está relacionada aos Conflitos de atividades gerados no mar e faixa de marinha:

Para exemplificar, o **Quadro 3.3.6.5-5** apresenta os principais problemas diretamente relacionados ao uso e ocupação da área da APAMLN, levantados nas oficinas participativas para o PEA-BR (WALM, 2012):

Quadro 3.3.6.5-5 – Problemas gerais levantados nas oficinas participativas do Diagnóstico do PEA.

APAMLN
Problemas – APAMLN

Uso do mar

- * Conflitos no mar – desembocadura do rio: embarcações (moto aquáticas, lanchas, embarcações de pescadores) transitam em alta velocidade e próximo à costa;
- * Poluição sonora pelo turismo náutico;
- * Ausência de fiscalização
- * Dificuldade de atracação dos barcos pequeno porte;
- * Proibição de ancoragem e pesca nas proximidades de ilhas protegidas.

Uso da faixa de marinha

- * Conflito de uso do espaço da faixa de marinha: ocupação por casas de turistas e comércios dificulta uso do pescador (construção de rancho, rede, canoa);
- * Diminuição da área de praia livre;
- * Conflitos de uso da praia e do mar (náuticas, marinas, condomínios particulares, pescadores);
- * Dificuldade com autorização para construção de ranchos de pesca;
- * Conflitos de uso e dificuldade de acesso à praia por barras de rios ocupadas por marinas;
- * Acesso costão proibido
- * Dificuldade obter licença e construção para píeres e estivas;
- * Falta de regularização para atividades de comércio nas praias para moradores das comunidades;
- * Dificuldades de regulamentar funcionamento de estaleiro;
- * Presença de usuários de drogas nas praias, em áreas de pescadores, problemas com furtos;
- * Dificuldade de entrada e saída das embarcações na barra do rio e acesso à praia (conflitos com marinas).

Fonte: WALM, 2012.

Pesca: Por terem a pesca como principal atividade, e realizarem atividade de pequeno porte, artesanalmente em áreas costeiras, são comumente afetados pelas demais atividades que acontecem sem ordenamento, no espaço marinho. Sendo elas: pesca industrial, pesca subaquática, pesca amadora, mergulho, turismo náutico, que no geral, não respeitam os cercos flutuantes, mariculturas e redes de espera e prejudicam a atividade desenvolvida pelo pescador artesanal.

Em todo território da APAMLN, foram identificados conflitos de uso do espaço marinho, que estão representados nos mapas produzidos nas reuniões do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

A seguir é apresentado no **Quadro 3.3.6.5-6** a lista de problemas gerais enfrentados pela pesca artesanal de baixa mobilidade, identificados durante oficinas para elaboração do PEA-BR (WALM, 2012).

Quadro 3.3.6.5-6 – Problemas enfrentados pela pesca artesanal de baixa mobilidade.

Problemas Diretamente Relacionados à Pesca
<p>Atividades pesqueiras</p> <ul style="list-style-type: none"> * Caça submarina desordenada (qualquer pessoa tem os apetrechos, sem conhecimento e respeito às espécies e fases de crescimento e pr * Mergulho esportivo espanta peixes e atrapalha pesca artesanal; * Pesca industrial predatória (aduaneiros, traineiras) e próxima à costa; * Proibição pesca próxima de píeres e poitas das casas dos turistas; * Embarcações de turismo espantam peixes e destroem petrechos de pesca (cercos, redes/boias); * Pesca artesanal de arrasto de camarão, espinhel em locais proibidos (áreas restritas e próximas a costeiras) afetam petrechos de pesca ar * Arrasto de camarão destrói fundo e degrada fauna marinha.

Problemas Diretamente Relacionados à Pesca

Ordenamento e fiscalização

- * Pescadores não cumprem ordenamento de pesca e não há fiscalização;
- * Dificuldade com as normas e legislações de pesca;
- * Falta de esclarecimento por parte dos órgãos ambientais sobre áreas e limites onde a pesca é proibida ("Pescadores ficam vulneráveis, são criminosos por pescarem em áreas proibidas, sem saberem");
- * Ausência de demarcação das áreas proibidas para orientar locais de pesca;
- * Ausência de informação sobre legislação de pesca e acesso aos financiamentos;
- * Autuação da polícia ambiental é escassa e desigual (autua embarcações pequenas e não fiscaliza embarcações de maior porte);
- * Período de defeso errado de diversas espécies;
- * Proibição sobre locais de pesca e espécies ameaçadas;
- * Falta de fiscalização geral dos órgãos responsáveis com pesca irregular.

Documentação do pescador

- * Dificuldade para obter licença de pesca;
- * Falta de informações sobre necessidade de renovação das licenças, formas de regularização de documentação do pescador;
- * Burocracia e demora para obtenção de documentação;
- * Impossibilidade de regulamentar embarcação para consorciar atividades de pesca e turismo;
- * Proibição de práticas e uso de equipamentos de pesca artesanal de baixa mobilidade;
- * Pescadores amadores pescam sem autorização.

Documentação do pescador

- * Dificuldade para obter licença de pesca;
- * Falta de informações sobre necessidade de renovação das licenças, formas de regularização de documentação do pescador;
- * Burocracia e demora para obtenção de documentação;
- * Impossibilidade de regulamentar embarcação para consorciar atividades de pesca e turismo;
- * Proibição de práticas e uso de equipamentos de pesca artesanal de baixa mobilidade;
- * Pescadores amadores pescam sem autorização.

Conservação e venda do pescado

- * Ausência de fábrica de gelo em diversas comunidades afastadas – dificuldade de obtenção de gelo;
- * Falta espaço físico em terra para a manipulação do mexilhão;
- * Dificuldades financeiras e de obtenção de licença para construção do box de comercialização;
- * Dificuldades com manutenção do cais e mercado de peixe;
- * Problemas com despejo de resíduos de pesca;
- * Dificuldade de regularização de áreas para manipulação do pescado (burocracia na inspeção da obtenção do selo de inspeção da vigilância);
- * Pescado com um valor muito baixo nos mercados locais;
- * Pesca artesanal não é mais produtiva como antes.

Fonte: WALM, 2012.

Falta de fiscalização: refere-se à falta de fiscalização dos órgãos ambientais em geral, tanto sobre as atividades no mar como em áreas de preservação e faixa de marinha.

Esta ameaça se agrava pela falta de informação e conhecimento sobre as leis ambientais, de pesca e atribuições dos órgãos ambientais, que dificulta a compreensão da lógica da fiscalização por parte dos grupos sociais e o conseqüente posicionamento para a correta reivindicação de direitos (WALM, 2012).

Descaracterização da cultura caiçara pelo contato com turismo: diminuição das manifestações culturais, mudança nas relações sociais, distanciamento da cultura caiçara por parte dos jovens e divisão do trabalho.

O turismo gera também disputa pelos espaços do mar e faixa de marinha e impactos ao meio ambiente como a poluição de praias, rios e mar por esgotos e lixo.

A presença de Unidades de Conservação de Proteção Integral pode ser vista também como ameaça, uma vez que gera conflitos referentes à:

- I. falta de regularização fundiária;
- II. falta de articulação com o parque e informação sobre suas leis, e restrições;
- III. dificuldade de manutenção da cultura caiçara pelas limitações impostas para as comunidades realizarem suas atividades tradicionais (principalmente a roça e o extrativismo vegetal para confecção de artesanato e canoas). Diversas falas dos participantes do DP ilustram o conflito. (WALM, 2012).

A frágil organização social e política é também uma importante ameaça identificada uma vez que dificulta o desenvolvimento das potencialidades pelas comunidades, pois: i) não sabem onde acessar as políticas públicas de fomento; ii) têm dificuldades na articulação com as UC de proteção integral e com as secretarias municipais de turismo.

Por fim, importante registrar a forte ameaça apresentada pelas atividades da indústria de petróleo e gás, logística e portuária, que impactam toda região num contexto ambiental e socioeconômico, e trarão grandes transformações para o litoral norte como um todo.

Em relação aos grupos de pescadores artesanais, os impactos afetam a atividade pesqueira como um todo, e os problemas levantados durante as oficinas para o diagnóstico participativos do PEA – BR (WALM, 2012), são apresentados no **Quadro 3.3.6.6-7** a seguir:

Quadro 3.3.6.6-7 – Problemas relacionados diretamente às atividades da indústria de petróleo e gás.

Problemas Diretamente Relacionados às Atividades da Cadeia P&G
--

- * Diminuição do pescador, relacionada à instalação de estrutura industrial;
- * Impactos com a instalação dos dutos: restrição da área de pesca, ruído e vibração espantaram os peixes;
- * Poluição e soerguimento de sedimentos por parte dos navios da empresa ancorados perto de dutos;
- * Lixo industrial no mar;
- * Histórico de vazamento de óleo e derivados;
- * Acidentes com vazamento de óleo – histórico de casos e preocupações futuras;
- * Navios ancorados próximo à costa fazem barulho espantam peixe, poluem com lixo e óleo, atrapalham navegação de embarcações pequenas;
- * Navios fundeados levantam lama e atrapalham a pesca;
- * Perda de área de pesca por causa da área de exclusão ao redor do gasoduto;
- * Ausência de indenização pela proibição da pesca em áreas de dutos;
- * Pouca informação e fiscalização com atividades de Petróleo e Gás;
- * Porto como principal ameaça aos pescadores do sul de Ilhabela e costa sul de São Sebastião (Ypautiba);
- * Poluição do mar por descarga de barrilha e grão no canal de São Sebastião;
- * Preocupação com aumento de empreendimentos no futuro, aumento de áreas de restrição;
- * Preocupação com possíveis vazamentos de petróleo e gás;
- * Falta esclarecimento sobre destinação dos royalties;
- * Falta de informação sobre como proceder em caso de acidentes;
- * Redes presas nos dutos.

Fonte: WALM, 2012.

3.1.1.7 ESTADO DE CONSERVAÇÃO (VULNERABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL)

Ao tratarmos do estado de conservação de uma realidade social faz-se necessária a definição de critérios para caracterização e elaboração de indicadores de vulnerabilidade socioambiental. A classificação como comunidade conservada ou degradada, sob o ponto de vista de manutenção de suas especificidades culturais, depende do grau de integridade cultural e consequente categorização da realidade, conforme metodologia criada e consensuados.

Neste sentido, ao se tratar do grupo de Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional é necessário traçar uma metodologia que possa estabelecer parâmetros para identificação do grau de integridade em relação à cultura e interdependência com a natureza e, assim definir critérios de vulnerabilidade que dialoguem com seus problemas e ameaças.

Vale ressaltar que esta análise requer aprofundamento e reflexão, demanda conhecimento detalhado dos grupos, suas características e especificidades. E deve, sobretudo, envolver os atores sociais em questão, de modo a contribuírem na reflexão dos critérios, bem como, se reconhecerem como tal e validarem possíveis análises.

Tendo como objetivo iniciar a construção desta análise, são apresentadas idéias iniciais com possíveis indicadores e respectivas justificativas, para criação dos critérios de vulnerabilidade:

Situação fundiária: a partir da conquista do direito de permanência e uso nos espaços terrestres e marinhos, a comunidade se torna **menos** vulnerável.

Grau de intervenção na paisagem: conforme a paisagem é modificada com alterações no meio natural e construções humanas, o modo de vida tradicional, apoiado no uso dos recursos e acompanhamento do ritmo da natureza, sofre maior ou menor influência.

Atividades de trabalho e renda: considerando a necessidade da sociedade atual de obtenção de recursos financeiros para viver, a disponibilidade de atividades para obtenção de renda, será fator limitante para manutenção, ou não, de atividades produtivas que valorizem a cultura, conhecimentos e práticas que vão ao encontro da conservação ambiental. Não havendo alternativas de trabalho, caiçaras com cultura tradicional, por mais que valorizem, tenham identidade com o lugar e vontade de permanecer com suas práticas tradicionais, não terão opção de sobrevivência e serão obrigados a trabalhar em outras atividades, assim estarão **mais vulneráveis** à descaracterização de sua cultura e relação com a natureza.

Manifestações culturais: a comunidade que mantém hábitos culturais característicos da tradição caiçara, tais como festas, músicas, confecção de artesanato, prática de roça e produção de farinha, técnica de tecer rede e fabricar canoa, dentre outros, manifesta, reproduz e fortalece sua identidade enquanto caiçara, e se torna **menos vulnerável**.

Relações de identidade e territorialidade: grupos de pescadores caiçaras de cultura tradicional que se identificam como tal, estão organizados, tem contato com grupos semelhantes, participam de fóruns e espaços de consulta e tomadas de decisão que defendem seus direitos, enquanto classe, estando **menos vulneráveis**.

A criação de uma metodologia de análise passa pela melhor definição dos critérios, com parâmetros de avaliação da integridade do grupo e caracterização detalhada de cada comunidade. Propõe-se a elaboração de inventários da realidade sociocultural e ambiental de cada comunidade com objetivo de identificar e caracterizar as especificidades de cada grupo, bem como elencar elementos chave que atribuam sentido e delineiem a identidade para construção uma matriz que permita comparação entre as mesmas.

Garantir a participação efetiva das comunidades em sua elaboração é importante para definição de linhas de ação protecionistas articuladas com as expectativas das populações, legitimando e consensuando políticas públicas futuras. A área de abrangência do inventário estaria relacionada às referências culturais e sua disposição pelo território, enfatizado assim, o sentimento de pertencimento, a valorização da memória e das manifestações culturais típicas de cada lugar.

3.1.1.8 ÁREAS CRÍTICAS E ÁREAS PRIORITÁRIAS

Áreas críticas são áreas degradadas e fortemente ameaçadas, cuja qualidade ambiental e respectivo acesso das populações ficam comprometidos. Dentre as áreas com maior criticidade estão os manguezais, fundamentais para a procriação da vida marinha e reposição do estoque pesqueiro, que se encontram em sua maioria degradados e são importantes áreas se uso dos poescadores de baixa mobilidade. Destaca-se a Baía do Araçá e pescadores que ali residem. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014)

Os grupos de pescadores em questão são considerados com alto grau de fragilidade por possuir cultura e modo de vida que dependem diretamente dos recursos naturais e espaços de uso comum, desta forma, nas áreas mais críticas, que foram intensamente degradadas e estão ameaçadas, tanto por atividades portuárias, industriais, turísticas, os grupos já foram desestruturados e muitos não existem mais.

Neste sentido, considera-se importante priorizar áreas ainda conservadas para que a pesca artesanal de baixa mobilidade, a cultura e modo de vida tradicionais se mantenham.

Áreas Prioritárias para Conservação

No **Quadro 3.3.6.7-8** são apresentadas áreas prioritárias para conservação, as quais dizem respeito ao uso controlado dos recursos marinhos e garantia dos direitos dos pescadores artesanais de baixa mobilidade. Foram identificadas a partir do diagnóstico participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), complementadas com informações e análises produzidas na elaboração deste diagnóstico.

Quadro 3.3.6.7-8 – Áreas prioritárias para conservação na APAMLN.

Áreas Prioritárias para Conservação	
Setor Ypautiba	
AME Ilha de Toque-Toque e AME Ilha do Itaçuê	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de unidades de conservação; * Abrigo de pescador; * Área de criação de espécies pesqueiras; * Importante ponto de pesca artesanal e maricultura; * Forte potencial de turismo de base comunitária.
AME Ypautiba	<ul style="list-style-type: none"> * Criadouro natural e abrigo de pescador; * Potencial de visitação turística; * Pescadores de Boiçucanga organizados poderão ser parceiros da gestão; * Sobreposição de unidades de conservação.
Ilha do Montão de Trigo	<ul style="list-style-type: none"> * Alta biodiversidade marinha, áreas de reprodução de espécie; * Presença de comunidade tradicional caiçaras vivendo na ilha. Cultura e modo de vida tradicionais: fortes atrativos turísticos e importantes parceiros da conservação e fiscalização ambiental; * Alto potencial para mergulho contemplativo.
Setor Maembipe	
Baía dos Castelhanos e mangue da praia dos Castelhanos	<ul style="list-style-type: none"> * Últimos locais preservados com riqueza paisagística (natural e cultural) com potencial estruturado para visitação pública; * Comunidade organizada e disposta a desenvolver atividades tradicionais, voltadas à conservação ambiental e consorciadas com visitação e pesquisa; * Potencial de turismo de base comunitária; * Manguezal sem ocupação antrópica, em processo de regeneração, importante berçário natural para região.
Ilha de Búzios e Vitória	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de Unidades de Conservação; * Mínima ocupação antrópica, vegetação em processo de regeneração natural; * Alta biodiversidade marinha, áreas de reprodução de espécie; * Alto potencial para mergulhos contemplativo; * Presença de comunidades tradicionais caiçaras com indícios marcantes da cultura tradicional. Paisagem natural e cultural como fortes potenciais de atrativos turísticos e importantes parceiros da conservação e fiscalização ambiental.

Áreas Prioritárias para Conservação	
Enseadas do Bonete e Serraria	<ul style="list-style-type: none"> * Alta biodiversidade marinha; * Importante área de pesca artesanal; * Presença de comunidade tradicional com indícios da cultura tradicional; * Paisagem natural e cultural preservadas – potenciais atrativos turísticos; * Turismo de base comunitária em estruturação; * Importantes aliados da conservação e fiscalização ambiental.
Setor Cunhambebe	
Remanescente de mangue na Praia da Caçandoca	Ameaçado por ocupação antrópica, quilombolas com projeto de preservação e fomento à visitação turística para proteção do guaiamum.
AME Tamoio	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de unidades de conservação; * Importante berçário natural; * Área de pesca artesanal e maricultura; * Presença de comunidades tradicionais com fortes características tradicionais, paisagem natural e cultural; * Turismo de base comunitária em desenvolvimento * Importantes aliados da conservação ambiental marinha.
AME Ilha do Mar Virado	<ul style="list-style-type: none"> * Presença de sítio arqueológico; * Fazenda marinha (produção de vieira); * Questões históricas e culturais de potencial turístico.
Rio Puruba	<ul style="list-style-type: none"> * Área com alta diversidade de ecossistemas costeiros; * Importante berçário natural; * Área de pesca artesanal.

FONTE: Fundação Florestal, 2014.

Destaca-se a AME Tamoios, que faz interface direta com os limites do PESM-Núcleo Picinguaba, e as comunidades tradicionais caiçaras no setor Maembipe, que fazem interface com o PEIb, pela presença de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara, que são foco de ações e diretrizes de planos de Manejo das outras UCs. Esses grupos, destacados nas oficinas de Diagnóstico Participativo com alto potencial devido seu valor cultural e pesqueiro integrados à conservação ambiental, são indicados como PRIORITÁRIOS para implementação de medidas e ações para gestão compartilhada entre os pescadores e a UC Marinha conforme as diretrizes apresentadas neste documento.

3.1.1.9 CENÁRIOS FUTUROS

A perspectiva futura que se apresenta para o espaço marinho é um cenário de uso e ocupação do mar, marcado por diferentes interesses e disputas pelo direito de permanência, que precisa ser conhecido, ordenado, regulamentado e respeitado.

Os espaços terrestres estão cada vez mais escassos e as atividades voltadas ao mar cada vez mais interessantes economicamente. Aos poucos o ambiente aquático, que até então era respeitado como espaço de uso comum, passa a ser visto como áreas potenciais de produção e obtenção de renda, com interesses privados. Formas de uso que giram em torno da criação de fazendas aquícolas para produção de pescados, da colocação de poitas e boias para atracagem, da passagem exclusiva de embarcações de uso particular, dentre outras, geram discussões em torno da democratização do acesso ao mar e

divergências de opiniões referentes à promoção da criação de pescados e exploração particular sob um bem de uso comum; que se contrapõem às ideias de sustentabilidade do recurso pesqueiro, aos impactos causados ao meio ambiente e ao direito de uso e permanência em espaço comum (ACIOLY & SANTOS, 2015).

Neste contexto, identifica-se no litoral norte do estado de São Paulo, a tendência de aumento nas disputas e conflitos em torno da autorização para ocupação e exploração de áreas marinhas e a possível preferência dada à investidores capitalistas em detrimento do direito de permanência aos pescadores artesanais de baixo impacto, especialmente quando não há legislação bem definida e interesses econômicos se sobrepõem aos interesses de conservação da sociobiodiversidade. Para exemplificar cita-se a situação vivida nas comunidades tradicionais Picinguaba, no setor Cunhambebe e Ilha dos Búzios, no setor Maembipe, onde são instalados empreendimentos privados que, sem considerar os outros usos já existentes no território, geram conflitos. Fica evidente a importância da regulamentação do uso do mar, em conformidade aos objetivos da conservação ambiental, e a necessidade de garantir o direito de permanência, ocupação e uso àqueles pescadores artesanais caiçaras de cultura tradicional que vivem e usam a praia e o mar há diversas gerações.

Ao tratarmos da gestão de unidades de conservação marinha de usos sustentável, reforçamos a situação dos pescadores artesanais caiçaras de cultura tradicional, que vivem e usam a praia e o mar há diversas gerações, e justificamos o direito prioritário de concessão uso do espaço comum pela conformidade das práticas tradicionais, de dependência e respeito à natureza, com os objetivos de sustentabilidade ambiental e preservação da vida. Neste sentido, torna-se necessário garantir o direito de uso do mar e faixa de marinha, de maneira coletiva, em nome da comunidade local, e impedir a privatização e realização de atividades exploratórias que não respeitem a sociobiodiversidade que a gestão ambiental objetiva proteger.

Para um benéfico relacionamento do poder público com os Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional é necessária, antes de tudo, a construção de um diálogo democrático com as comunidades, focado em políticas públicas de resultado efetivo, inclusivas e participativas, conforme ações que já vem sendo implementadas pela atual gestão da APAMLN. Como possibilidades vislumbram-se fortalecimento das ações de turismo de base comunitária, articulação de propostas de criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável/RDS ou Reservas Extrativistas/RESEX, e implementação de orçamentos municipais participativos. Realizar os zonamentos dos instrumentos de gestão marinha junto com as comunidades é fundamental, como será realizado no presente Plano de Manejo. Nesse sentido, é fundamental que os diferentes instrumentos de ordenamento do território que afetam diretamente a APAMLN e as comunidades caiçaras, como o ZEE, Projeto Orla, Plano de Bacias Hidrográficas e Planos Diretores Municipais, estejam interligados e garantam a manutenção e integridade destas comunidades.

3.1.1.10 INDICADORES PARA MONITORAMENTO

Monitoramento das áreas de manguezais e baías que atuam com berçários/reprodução espécies marinhas e são locais de uso de pescadores artesanais;

Monitoramento das atividades de pesca nas áreas das comunidades, considerando a produtividade, diversidade de espécies e instrumentos de pesca. Com envolvimento dos pescadores artesanais em todas as etapas do processo;

Monitoramento das transformações na paisagem natural e cultural das comunidades tradicionais, como forma de identificar mudanças nas práticas tradicionais para identificar indicadores de vulnerabilidade social e construir análise de grau de conservação.

3.1.1.11 LACUNAS DE CONHECIMENTO

1 – Preenchimento de banco de dados com informações relevantes para gestão da APAMLN referentes aos grupos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara:

Instituições que representam os grupos de caiçaras tradicionais; identificação detalhada das relações harmônicas e conflituosas entre os grupos e as instituições.

Participação e contribuição na gestão da APAMLN, ARIESS e demais unidades de conservação que fazem interface.

Registro e organização de projetos e programas que acontecem junto às comunidades (há dificuldade de obter informações do andamento e resultados, bem como planejar e promover ações de continuidade).

2 – Levantamento preciso de todos os grupos e indivíduos de pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara que vivem do litoral norte paulista e fazem uso da APAMLN e ARIESS;

3 – Mapeamento detalhado e georreferenciado das áreas de pesca artesanal de baixa mobilidade dos grupos pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara. Atualização dos pontos de cerco flutuante e maricultura;

4 – Caracterização e levantamento detalhado das artes de pesca e equipamentos específicos da pesca artesanal de baixa mobilidade;

5 – Organização, georreferenciamento e publicação de informações referentes ao mapeamento dos ranchos de pescadores;

6 – Diagnóstico participativo detalhado das áreas das AMES (existentes e indicadas por este diagnóstico) com mapeamento em detalhe dos diferentes usos dos pescadores locais e potenciais de visitação para consórcio com atividades de pesca e aquicultura, turismo de base comunitária e pesquisa. (loais de pesca, tipos e quantidade de espécies capturadas, potenciais para aquicultura, áreas de navegação, mergulho de contemplação, áreas para esportes aquáticos, etc.);

7 – Caracterização da atividade da pesca artesanal de baixa mobilidade para identificar diversidade e sazonalidade das espécies pescadas e respectivos equipamentos de pesca, de modo a estabelecer, em conjunto com pescadores, regras para ordenamento e sustentabilidade da atividade pesqueira em áreas de manejo especial;

8 – Levantamento dos impactos e ameaças por comunidades, definição de critérios de vulnerabilidade social/ambiental/cultural e categorização dos grupos sociais conforme grau de conservação;

9 – Inventários culturais que apresentem elementos chave para identificação e caracterização das especificidades culturais de cada grupo, e tenham área de abrangência relacionada às referências culturais e sua disposição pelo território. E garantam a participação efetiva das comunidades em sua elaboração.

3.1.1.12 POTENCIALIDADES/OPORTUNIDADES

A principal potencialidade dos grupos de pescadores artesanais caiçaras de cultura tradicional caiçara é a própria existência enquanto caiçara. Por viverem há diversas gerações nas áreas da APAMLN, guardam sentimento de pertencimento, identidade e querem permanecer na beira da praia em contato com o mar. Respeitam e dependem dos recursos do mar e desenvolvem práticas tradicionais de pesca que diversificam a captura de espécies, utilizam diferentes técnicas e conhecem e acompanham o ciclo da natureza, são portanto, aliados da conservação ambiental.

Por meio de seus conhecimentos, práticas e experiências acumuladas há gerações através das atividades tradicionais, os pescadores caiçaras que permanecem nas áreas protegidas são parceiros potenciais para fornecer exemplos bem sucedidos de modelos de gestão ambiental, voltados para conservação, visitação e fiscalização respeitosa ao meio ambiente.

A seguir são apresentadas potencialidades identificadas durante oficinas de diagnóstico participativo. Primeiramente potencialidades generalizadas, levantadas nas oficinas de Diagnóstico Participativo para o Plano de Manejo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

3.1.1.12.1 Potencialidades gerais

Primeiramente destaca-se a presença da APAMLN, como unidade de conservação de uso sustentável que permite conciliar o uso do mar com a conservação ambiental, como importante potencialidade ao grupo de pescadores artesanais de baixa mobilidade, uma vez que reconhece a especificidade deste grupo e ao mesmo tempo respeita as diferenças culturais e considera os conhecimentos tradicionais, promove a participação na gestão e considera os grupos de pescadores como aliados da conservação ambiental.

Então são destacadas potencialidades dos grupos de pescadores e suas atividades que contribuem para a conservação e uso sustentável da APAMLN.

Pesca e maricultura

Pescadores artesanais realizam pesca de baixa mobilidade e diversificada, se adaptam à época do ano e às espécies;

Uso do cerco flutuante como forte tradição familiar e cultural e prática de pesca sustentável que possibilita selecionar, capturar, e soltar peixes vivos;

Maricultura consorciada com cercos flutuantes (sementes da maricultura grudam no cerco e colaboram na criação de mais peixes);

Maricultura como alternativa à pesca das comunidades e geração de renda;

Pescadores artesanais dispostos a delimitar e respeitar áreas de preservação (em locais e momento específico) para garantir proteção à reprodução dos estoques.

Cultura e conhecimento tradicionais como aliados à gestão

- Existência de pesquisas sobre etnoconhecimento e realidade das comunidades envolvendo universidades, órgãos gestores e comunidades.

Turismo de base comunitária

Presença de Turismo de Base Comunitária que vem sendo construído de forma planejada, elaborado e realizado pelas comunidades locais;

Turismo náutico interage com comunidades comprando peixe e artesanatos;

Presença de festas tradicionais e quiosques na praia que possibilitam a valorização e comercialização do produto da pesca de baixa mobilidade e maricultura.

A seguir são apresentadas potencialidades, organizadas por setores da APAMLN, com as compiladas dos relatórios dos diagnósticos participativos realizados pelo diagnóstico PEA – BR (WALM, 2012).

3.1.1.12.2 Potencialidades da área de entorno da APAMLN

Atividade de turismo favorece venda de pescado e artesanato;

Sede das colônias próximas facilita acesso a documentações e integração entre pescadores;

Maioria dos pescadores é organizada em associações;

Presença de estruturas como píer, estaleiro, câmaras frias e entreposto, normalmente construídos pelo poder público e conquistados após reivindicações;

Pescadores conscientes das leis de regulamentação da pesca e conflitos de uso dos espaços, possuem ideias e sugestões para ordenamento do uso.

3.1.1.12.3 Potencialidades setor Ypautiba

Pesca de baixo impacto, com equipamentos e captura diversificados;

Pescadores dispostos a se organizarem e atuarem em conjunto com órgãos fiscalizadores do mar;

Quiosques de famílias de pescadores na praia que vende peixe e marisco para o turista a preços valorizados;

Presença de turismo gastronômico para consumo do pescado;

Atividades ligadas ao turismo que utilizam e valorizam conhecimento tradicional (passeios de barco pesca amadora, mergulho, esportes, trilhas);

Confecção de artesanato com recursos;

Costumes de realizar festas tradicionais valorizam famílias e atraem turistas.

3.1.1.12.4 Potencialidades setor Maembipe

Pesca de baixa mobilidade, com diversas artes e equipamentos de pesca;

Interesse de pescadores em desenvolver maricultura e existência de experiências exitosas que geram motivação e dão exemplo

Comunidade interessada e mobilizada em firmar parcerias com órgãos responsáveis pela gestão da zona marítima, obter mais informações e melhorar diálogo;

Diálogo com instituições responsáveis pela pesca, para obtenção de apoio, equipamentos e documentos;

Valorização do rio e mar como ambientes importantes na vida da população tradicional;

Valorização da identidade caiçara: costumes e interesse em manter práticas tradicionais; (confeção de canoa, remos, produção de farinha, construção e reforma de cerco, roças e hortas, habilidade com casa de estuque (pau a pique));

Artesanato caiçara bastante diverso (bambu, madeira, cipó, palha de bananeira, tecido, papel, concha, e sementes);

Potenciais turísticos para trabalho em quiosques;

Culinária caiçara;

Festas tradicionais com apoio da prefeitura;

Presença de moradores com formação de guias locais dispostos a trabalhar;

Interesse em escola caiçara para manter a tradição cultural no local, com ensino para crianças, adultos e turistas sobre suas tradições e funcionamento de centro cultural caiçara;

Atividades esportivas (canoagem, futebol, surf), organização e participação de campeonatos;

Grupos organizados em associação ou em movimento de organização com interesse nos assuntos que dizem respeito ao fortalecimento, união e organização da comunidade.

3.1.1.12.5 Potencialidades setor Cunhambebe

Pesca de baixa mobilidade, com equipamentos e captura diversificados;

Interesse e experiências exitosas com maricultura;

Produções de mexilhão como fonte de renda e atrativo turístico;

Atividade de turismo na região durante o ano todo que valoriza e estimula atrativos naturais e culturais (culinária caiçara, trilhas, frutas cultivadas);

Turismo Educacional, Ecoturismo e de Base Comunitária incentivado e estruturado para diversas localidades;

Presença de restaurantes, quiosques e turistas que viabilizam comércio local de pescado;

Produção e venda de artesanatos caiçaras (madeira, fibra de bananeira, bambu, etc.);

Diversas comunidades realizam festas tradicionais que utilizam produtos locais e atraem turistas (festa da tainha, festa do camarão, festa do pescador);

Situações de conquistas de direitos pelos pescadores para acesso e uso de espaços costeiros;

Possibilidades/interesse em estruturar instalações de pesca (rancho, mariculturas, cercos) para fomentar visitação turística.

3.1.1.13 CONTRIBUIÇÃO PARA PLANEJAMENTO DAS UCS

Conforme Artigo 3º do Decreto de Criação das APAMs (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2008), *são previstas Áreas de Manejo Especial (AMES) para proteção da biodiversidade, combate de atividades predatórias, controle da poluição e sustentação da produtividade pesqueira*. Entende-se que essas áreas, por estarem em volta de ilhas e terem sociobiodiversidade específica, devem ter atenção especial e regras de uso diferenciadas. Neste sentido, propõe-se que as mesmas sejam consideradas como áreas de uso exclusivo para a Pesca Artesanal de Baixa Mobilidade, sob a gestão participativa dos pescadores das comunidades tradicionais, de modo a garantir os objetivos propostos para as AMES acima apresentados.

Além das AMES já previstas no decreto:

I - no Município de Ubatuba: Tamoio e Ilha do Mar Virado;

II - no Município de Caraguatatuba: Ilha do Massaguaçu, Ilhotas da Cocanha e Ilha Tamanduá;

III - no Município de São Sebastião: Itaçucê, Toque-Toque, Apará, Boiçucanga, Ilha Montão de Trigo e Ypautiba.

Propõe-se a criação de novas AMES em áreas onde há presença de grupos de pescadores de cultura tradicional caiçara e interface com outras unidades de conservação.

No setor Maembipe, nas enseadas utilizadas pelos pescadores das comunidades tradicionais, que estão na área de entorno do Parque Estadual de Ihabela e possuem reconhecimento e medidas específicas no plano de manejo (FUNDAÇÃO FLORESTAL 2014).

AME Enseada do Bonete: com perímetro entre a Ponta do Diogo e Ponta do Areado;

AME Baía dos Castelhanos: com perímetro entre a Ponta da Pirassununga e Ponta da Cabeçuda;

AME Serraria: com perímetro entre a Ponta da Cabeçuda à Ponta Grossa, incluindo o Ilhote da Serraria;

AME Ilha dos Búzios: ao redor da Ilha dos Búzios, incluindo ilha da Sumítica;

AME Ilha da Vitória: considerando as três ilhas: Vitória, dos Pescadores e das Cabras.

No setor Ypautiba, considerando presença de pescadores de cultura tradicional caiçara, a ampliação dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo São Sebastião⁶ e consequente sobreposição de unidades de conservação com a APAMLN com forte atividade de ecoturismo que pode ser aliada à pesca de baixa mobilidade e mergulhos contemplativos, propõe-se a criação de Área de Manejo Especial AME Paúba – Maresias: ao redor da ponta do Sagim.

No setor Cunhambebe: ampliar a AME Tamoios até o canto esquerdo da praia de Itamambuca, protegendo assim, as praias de Puruba, Felix e Prumirim.

3.1.1.13.1 Diretrizes para gestão da APAMLN

A partir de informações obtidas no relatório do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), demandas e propostas identificadas nos demais diagnósticos consultados, bem como ideias formadas ao longo da construção deste documento, são apresentadas medidas de gestão e diretrizes a serem incorporadas ao plano de manejo separadas pelas seguintes linhas de ação: ordenamento, pesca, práticas tradicionais, capacitação, parcerias, pesquisa; fiscalização; geração de renda, fiscalização; participação na gestão.

Vale enfatizar que todas as propostas de gestão aqui apontadas devem ser dialogadas, construídas e consensuadas coletivamente com cada uma das comunidades tradicionais. Para que decidam, de forma livre e esclarecida, as escolhas e diretrizes futuras para o seu território e sua cultura.

Ordenamento

Mapear atividades de uso do mar para identificar os espaços, usos e necessidades dos pescadores artesanais tradicionais de modo a garantir seus direitos

Georreferenciar o mapeamento das atividades de pesca, realizado pelo DP, elaborando diagnóstico que possa basear ordenamento das mesmas por meio de processos participativos de tomada de decisão ;

Promover o ordenamento e a regulamentação das atividades de esportes náuticos, turismo náutico, mergulho, pesca, aquicultura e outras atividades que acontecem no mar, de forma participativa, para diminuição do impacto social da atividade e dos conflitos gerados com o uso dos espaços marítimos tradicionais;

Reforçar os estudos para a definição da capacidade de visitação/carga de embarcações e visitantes em áreas das comunidades tradicionais, sobretudo ilhas;

⁶ Decreto Estadual Nº 56.572, 2010, Dispõe sobre a expansão do Parque Estadual da Serra do Mar em áreas de domínio público e dá providências correlatas. Amplia limites do PESM-NSS, e insere ate a cota zero da Ponta do Sagim, na praia de Paúba.

Implantar o manejo de impacto da visitação para estabelecer regras de uso dos atrativos localizados na área da APAMLN e ARIESS;

Demarcar áreas de mergulho, esportes náuticos e navegação, incluindo a sinalização das áreas de restrição no entorno das ilhas e praias onde vivem.

Pesca

Consolidar diagnósticos e realizar o mapeamento da área de pesca tradicional das comunidades;

Identificar áreas de pesca e potenciais para maricultura nas áreas das comunidades e priorizar regulamentação do uso aos moradores pescadores tradicionais;

Promover o ordenamento e regulamentação das atividades pesqueiras garantindo áreas destinadas exclusivamente às comunidades tradicionais;

Regulamentar atividades de pesca artesanal diversificadas e aquicultura de baixa mobilidade e discutir vinculação da pesca com o consumo local: pescados que são capturados na região devem ter prioridade para serem consumidos em bares e restaurantes da própria praia;

Estudar a disponibilidade de recursos pesqueiros e viabilidade econômica para as áreas das AMES;

- Dar continuidade aos trabalhos realizados pelo GT cerco flutuante para levantamento, discussão e reconhecimento formal do cerco flutuante, como técnica de baixo impacto, característica do grupo de pescadores de cultura tradicional caiçara, importante para o processo de gestão territorial da unidade de conservação, por seu valor sociocultural, ambiental e territorial.

Fomentar atividades de maricultura;

Promover treinamento para pescadores cuidarem das aquiculturas (ex. cursos de mergulho);

Estudos para criação de reservas de uso exclusivo das comunidades tradicionais como RDS e RESEX para garantir os direitos de permanência no território e a garantia dos estoques pesqueiros;

Melhorar o desembarque nas comunidades tradicionais;

Incentivar estudo para adequação das normas legais existentes à realidade local, com ampla participação dos pescadores artesanais;

Limitar a prática de pesca amadora, respeitando as artes de pesca dos moradores tradicionais;

Disciplinar a pesca submarina com os atores envolvidos contemplando as áreas de restrição.

Práticas tradicionais, capacitação, parcerias, e pesquisa

Incentivar fomento das práticas tradicionais (pesca artesanal, aquicultura, passeios marítimos, agricultura familiar, artesanato, técnicas construtivas, etc.) como complemento e alternativa para agregar atratividade ao turismo de base comunitária;

- Promover capacitação no âmbito social, ambiental e cultural com o objetivo de desenvolver atividades de valorização dos saberes locais para a geração de renda e manutenção dos recursos naturais;
- Promover cursos de capacitação de economia solidária voltadas à cultura do mar e iniciativas que promovam o desenvolvimento local em prol da conservação da natureza;
- Promover cursos de capacitação para o fortalecimento de iniciativas de cooperativismo e associativismo, assim como voltadas aos fortalecimentos dos arranjos produtivos de base local;
- Fomentar pesquisas aplicadas nas comunidades e dar acesso a essas tecnologias, participando do processo de desenvolvimento;
- Articular atividades de levantamento de dados e construção de diretrizes de gestão com atividades de pesquisa participativa;
- Promover parcerias com instituições de ensino e pesquisa para apoiar ações de manutenção da cultura caiçara nas comunidades tradicionais;
- Estimular pesquisa, o resgate e a manutenção do etnoconhecimento das comunidades tradicionais;
- I Promover parceria com instituições de ensino e pesquisa para suprir as necessidades de lacunas de conhecimento então identificadas.

Fiscalização

- Estruturar programa de capacitação para fiscalização das atividades irregulares em parceria com as comunidades tradicionais;
- Criar protocolo especial para denúncias e irregularidades em áreas afastadas onde vivem pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara;

Geração de renda – turismo de base comunitária

- Considerar conhecimentos, práticas e experiências para criação de modelos de gestão ambiental, voltados para conservação e visitação respeitosa;
- Desenvolver ações de turismo de base comunitária como atividades de trabalho, geração de renda e estratégias de conservação ambiental;
- Padronizar informações em parceria com as comunidades tradicionais sobre os atrativos turísticos na área da APAMLN definindo as regras de uso, formas de agendamento e os prestadores de serviços;
- Estabelecer estratégias de divulgação dos serviços e produtos de turismo desenvolvidos e oferecidos pelas comunidades tradicionais na área da APAM;
- Articular a inclusão dos produtos do turismo de base comunitária (TBC) em publicações de turismo como sites, guias de viagens, mapas, publicações e sites oficiais;

Estudar necessidade de implantação de placas informativas e direcionais nos atrativos turísticos das comunidades tradicionais na área da APAMLN para apoio ao TBC;

Desenvolver proposta de certificação de produtos e serviços marítimos do TBC, propiciando condições para a exploração econômica sustentável pela população local;

Promover o cadastramento e regulamentação para prestação de serviços de transporte e passeios marítimos priorizando os membros das comunidades tradicionais;

Fortalecer arranjos produtivos locais, associativismo/cooperativismo para inclusão da comunidade local na prestação dos serviços de turismo marítimo.

Participação na Gestão

Fortalecer a participação e o envolvimento das comunidades tradicionais na gestão da APAMLN e ARIESS, por meio de apoio logístico de transporte e realização de reuniões nos locais de encontro dos grupos;

Disseminar informações para conhecimento da APAMLN e ARIESS e compreensão dos objetivos, bem como para sensibilização sobre a importância das UCs e envolvimento na gestão;

Nas reuniões, facilitar linguagem para melhorar compreensão e participação (apresentações com imagens e poucos textos), garantir o direito de falar e ser ouvido;

Fortalecer o compartilhamento efetivo dos resultados dos fóruns para os atores interessados através da elaboração de informativos e materiais com linguagem fácil e acessível;

Fortalecer a Câmara Técnica de Pesca, com estrutura material, financeira e humana para realizar encontros e reuniões nas comunidades e promover a maior participação e envolvimento dos pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara nos grupos/fóruns destinados às discussões referentes à pesca artesanal e povos tradicionais, facilitando articulação entre eles, informação, comunicação e transporte;

Fortalecer espaços já criados para conexão entre comunidades de pescadores artesanais de cultura tradicionais: comunicação, encontros, trocas de informações e experiências;

- Promover a maior participação e envolvimento dos pescadores artesanais de cultura tradicional caiçara nos grupos/fóruns destinados às discussões referentes à pesca artesanal e povos tradicionais, facilitando articulação entre eles, informação, comunicação e transporte.
- Fortalecer a participação da APAMLN no Mosaico da Bocaina.

Acompanhar ações e projetos de entidades governamentais e não-governamentais que acontecem com as comunidades e estão diretamente relacionadas aos objetivos da APAMLN E ARIESS para inserir nas discussões, promover continuidade, bem como compartilhar ações;

Celebrar, por meio de instrumentos jurídicos, parcerias e articulação com outras políticas e ações para a realização de projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades tradicionais;

Reforçar as articulações para garantir a aplicação de compensação ambiental/mitigação nas áreas da região do impacto; priorizar os pescadores/comunidades tradicionais.

3.1.1.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY Y. A.. & SANTOS J. S. Privatização das águas no contexto da contrarreforma do estado brasileiro. Serv. Soc. Soc. Nº122; São Paulo, 2015.

ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa científica versus Planejamento e Gestão Ambiental. São Paulo: Annablume Editora e Comunicação, 2000.

AMARAL, A. C. Z. *et al.*. Vida na Baía do Araçá: diversidade e importância. Projeto Biota/FAPESP-Araçá; São Paulo, SP; Lume; 100 p. 2015.

ANDRADE, Anna Maria C. Os monteiros e o mar. Relações ecológicas e a cultura ilhéu do Monte de Trigo. Relatório técnico-antropológico sobre a comunidade residente na ilha do Monte de Trigo/São Sebastião SP. Instituto Guapuruvu, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6040. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007.

DIEGUES, A. C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Editora Ática 283p. 1983.

DIEGUES, A.C.S. O Vale do ribeira e o Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população. 2007. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>

Decreto Estadual Nº 56.572, Dispõe sobre a expansão do Parque Estadual da Serra do Mar em áreas de domínio público e dá providências correlatas. 2010.

Decreto-lei nº 9.760, Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências; 1946.

DJSP – Diário de Justiça do Estado de São Paulo. 17/08/2015. Judicial 1º Instância Interior. Parte I. p 1631. 2015. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/97921347/djsp-judicial-1a-instancia-interior-parte-i-17-08-2015-pg-1631/pdfView>> Acesso em: 28 nov. 2016.

FREITAS, J.S. Gestão da Zona Costeira: Políticas Públicas e Atores Sociais na Praia da Cocanha, Caraguatatuba, São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Ciências Ambientais. Universidade de São Paulo, São Paulo. 106p. 2012.

GROSTEIN, M. D. (org.). Ciência ambiental: questões e abordagens. In: RIBEIRO, F. R., GIANESELLA, S. M. F. A cultura caiçara e sua organização social: Um estudo de caso observacional da comunidade pesqueira da Vila de Picinguaba, Ubatuba/SP. São Paulo: Annablume; Fapesp. p.131 – 156, 2008.

HANAZAKI N. Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta. Campinas, Tese Doutorado Instituto de Biologia. Universidade de Campinas. 193p, 2001.

HANAZAKI, N., LEITÃO-FILHO, H., BEGOSSI, A. Uso de Recursos na Mata Atlântica: O Caso da Ponta do Almada (Ubatuba, Brasil). Interciência 21 (6), p. 268-276, 1996.

INSTITUTO GUAPURUVU, Relatório Técnico-científico sobre a Comunidade Tradicional Caiçara Residente na Baía dos Castelhanos, Ilhabela – SP. Instituto Socioambiental Guapuruvu. 2014.

FUNDEPAG & IP. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio: Produção de pesca extrativas nas áreas se Proteção Ambiental Marinhas do estado de São Paulo: 2009 – 2013. Dr. Marcus Henrique Carneiro (coord.) Elaborado por: APTA Pescado Marinho do Instituto de Pesca; Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo / Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – PMAP. P. 108. 2014.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela. Fundação Florestal. SMA-SP. 2011.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. Fundação Florestal, GOPA, Instituto EKOS. SMA-SP. 2006.

FUNDAÇÃO FLORESTAL, Produto 3 Diagnóstico Participativo APA Marinha do Litoral Norte e ARIE de São Sebastião – Elaboração dos Planos de Manejo das Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Estado de São Paulo, Fundação Florestal, SMA-SP, 2012.

MONTEIRO, P. O., NAVARRO, F. C. S., SIMÕES, E. BUSSOLOTI, J. M. Turismo de Base Comunitária e Planos de Negócios: uma experiência participativa com comunidades tradicionais. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica. 118p, 2015.

NAVARRO, F. C. S., MONTEIRO, P. O., BARROS, F. G., SIMÕES, E., RASSAN, S. Caminho do mar III: Um projeto de Saneamento, Educação e Saúde no bairro da Almada. São Paulo: Páginas & Letras Editora e gráfica, 72p. 2013.

NOFFS, Paulo; Disputa pela Hegemonia do Espaço na Baía dos Castelhanos, Tese de Doutorado, São Paulo, Departamento de Geografia – FFLCH USP, 2007.

NOGARA, Paulo J. (coord.). Subsídios para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela: inserção das comunidades tradicionais caiçaras; São Paulo; Instituto Florestal/KFW; 2005.

PIRRÓ. M.S.A. Práticas de Pesquisa de Campo com Comunidades Tradicionais: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela –SP; Dissertação de Mestrado; São Paulo; Departamento de Geografia – FFLCH USP. 143p .2010.

SÃO PAULO, (Estado). Assembleia Legislativa. Decreto Estadual nº 56.572, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a expansão do Parque Estadual da Serra do Mar em áreas de domínio público e dá providências correlatas. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2hdbvov>>. Acesso em: novembro de 2016.

SÃO PAULO, Decreto nº53525, Cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral norte e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião. 2008.

SÃO PAULO, SMA-FF. Conservação de áreas costeiras marinhas: intercâmbio São Paulo / BRASIL-PACA / FRANÇA. Organização Fausto Pires de Campos; Lucilia Pinsard Vianna; Marc Joanny. São Paulo, SMA/FF, 2014. 128p.: il.

SIMOES E. ET AL.,. Planejamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Ubatumirim – Instrumento de justiça social. São Paulo. Páginas e Letras Editora e Gráfica. 106 p. 2016.

SIMÕES, E., NAVARRO, F. C. S., BRUNSIZIAN, I. MONTEIRO, P. O. A Caminho do mar: Um projeto de Saneamento, Educação e Saúde no Bairro Cambury. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 86p. 2006.

SPU - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO; Portaria nº 89, 15 de abril de 2010

TURATI, Maria Cecília M. Estudo Socioambiental da Ponta da Armação (Guarujá). Anexo II – Laudo Antropológico. Petrobras. 2012.

VIANNA L. P. & XAVIER, Y. L., A APA Marinha do Litoral Norte de São Paulo (APAMLN): do conflito à gestão participativa; in: *Nurit Bensusan e A. P. Prates. A diversidade cabe na Unidade? – Áreas Protegidas no Brasil. Brasília: IEB mil folhas, 2014.*

WALM, Relatório do Diagnóstico Participativo para o Programa de Educação Ambiental – Região 3: Estado de São Paulo; Programa de Educação Ambiental (PEA SP). Petrobrás 2012.

<http://www.mosaicobocaina.org.br/noticias/722-encontro-de-justica-socioambiental-da-bocaina-abriu-um-novo-espaco-de-dialogo-entre-comunidades-tradicionais-e-unidades-de-conservacao>.

<http://www1.folha.uol.com.br/tv/turismo/2016/09/1814240-quilombolas-e-indios-no-litoral-de-sp-recorrem-a-turismo-para-sobreviver.shtml>.

EM CONSTRUÇÃO